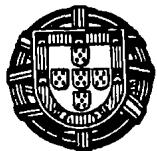


Sábado, 23 de Maio de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE MAIO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Duarte Arnaut

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Alfredo Pinto da Silva
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Foi lido, pelo Sr. Deputado Alexandre Reigoto (CDS), um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um deputado do CDS, o qual foi aprovado.

Seguidamente foi discutido, na generalidade, o projecto de lei n.º 198/II, do PPM — Liberalização dos sectores económicos não nacionalizados. Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados António Moniz (PPM), que fez a apresentação do projecto de lei, Magalhães Mota (ASDI), Cabrita Neto (PSD), Carlos Lage (PS), Portugal da Silvela (PPM), Carvalho Cardoso (CDS), Helena Roseta (PSD), António Guerreiro (PS), César Oliveira (UEDS), Rogério Brito (PCP), Joaquim Miranda (PCP), Lopes Cardoso (UEDS), Márlio Tomé (UDP), António Campos (PS), Luís Coimbra (PPM) e Veiga de Oliveira (PCP). Aprovado na generalidade, o projecto de lei baixou à Comissão respectiva para discussão na especialidade, tendo antes o Sr. Deputado Carvalho Cardoso (CDS) feito uma declaração de voto.

Entretanto foi lido, pelo Sr. Deputado Sousa Marques (PCP), um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um deputado do PS, o qual foi aprovado, com a abstenção da UDP.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum. Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Antes de entrarmos na ordem do dia, que, como sabem, consta de dois pontos — apreciação do projecto de lei n.º 198/II, do PPM (liberalização dos sectores económicos não nacionalizados), e apreciação da ratificação n.º 36/II, requerida pelo PCP, relativamente ao Decreto-Lei

n.º 343/80, de 2 de Setembro, que dá nova redacção a vários artigos da Lei n.º 80/77, de 28 de Julho, sobre o pagamento de indemnizações aos extitulares de bens nacionalizados ou expropriados —, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto para que proceda à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de deputados.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 21 de Maio de 1981, pelas 20 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Francisco Manuel de Meneses Falcão (círculo eleitoral de Leiria), por Manuel Ferreira Castelhano. Esta substituição é pedida para o próximo dia 22 do corrente mês.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados todos os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Mário Júlio Montalvão Machado (PSD), presidente — António Miranda Macedo (PS), vice-presidente — Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS), secretário — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), secretário — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Luísa Raposo (CDS) — Maria José Paulo Sampaio (CDS) — Francisco Valeiro Ferreira (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Helena Tâmega Cidade Moura (MDP) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, uma vez que ninguém se inscreve para se pronunciar sobre o relatório que acabou de ser lido, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE e a abstenção da UDP.

O Sr. Presidente: — Concedo a palavra ao PPM para proceder à apresentação do seu projecto de lei que vai entrar em discussão.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é do seguinte teor o projecto de lei n.º 198/II:

Os consumidores têm de ser defendidos. Os monopólios, quer privados quer do Estado, têm de ser combatidos ou rigorosamente controlados.

Acabei de citar uma passagem do programa eleitoral do Governo da Aliança Democrática, apresentado ao povo português em 1979.

A luta contra os monopólios, quer públicos quer privados, impõe, logicamente, que muitas actividades económicas em Portugal sejam liberalizadas e, em particular, aquelas que, pertencendo ao sector empresarial do Estado, necessitam de profunda reestruturação tendo em vista uma maior dinamização, só possível através da concorrência.

Concomitantemente, existe toda a problemática decorrente do pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

É, pois, dentro do espírito do programa da AD e dos objectivos da integração de Portugal na CEE que o PPM apresentou neste Parlamento o projecto de

lei n.º 198/II. E isto porque importa que, à sombra da necessária liberalização de muitas dessas actividades, não se venha a cair em situações monopolistas, idênticas a anteriores, mas agora dominadas por agentes económicos diferentes, com a agravante de, muitas vezes, esses agentes privados serem estrangeiros e nada terem a ver com os interesses da comunidade dos cidadãos portugueses.

Pensamos, pois, que é condição para promover um desenvolvimento económico equilibrado disciplinar o comportamento dos agentes económicos, estabelecendo um conjunto de normas de defesa da concorrência, que aliás o Governo já tem preparadas. Em Portugal actividades existem que são actualmente controladas pelo Estado através de empresas ou instituições públicas e onde os condicionalismos existentes, por impedirem o livre funcionamento do mercado, acabam por contribuir para a estagnação da produção interna, quer numa óptica de qualidade quer numa óptica de quantidade.

Se numa sociedade moderna, no entender do PPM, não é aceitável qualquer dos extremos, ou seja, uma economia monopolista ou, em alternativa, uma economia de liberdade total de mercado, esta iniciativa do meu partido, impondo ao Estado a criação de regras específicas reguladoras da concorrência antes de se proceder a qualquer liberalização, constituirá certamente um eficiente obstáculo à constituição de monopólios e garantirá a possibilidade desejável do acesso da generalidade dos cidadãos e das empresas a essas actividades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os objectivos desta iniciativa do PPM são bem claros. Pela nossa parte e pela parte dos nossos parceiros da AD e do Governo, dizemos não aos monopólios.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Moniz, gostaria de perguntar-lhe apenas duas coisas. Em primeiro lugar, se tem conhecimento de quaisquer factos concretos que o levem a recuar que determinado monopólio estatal ou vários monopólios estatais possam ser substituídos por monopólios privados, pedindo-lhe em caso afirmativo, que no-lo diga com franqueza. Mas, se por acaso não conhece situações concretas, eu terei muito gosto em lhe prestar os esclarecimentos indispensáveis. Em segundo lugar, gostaria de saber se o Sr. Deputado, ao apresentar, com outros seus companheiros de bancada, este projecto de lei, que tem o n.º 198/II, conhecia o projecto de lei n.º 193/II, anterior, que contempla a defesa da concorrência.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sim, tenho fotocópia dele.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Deputado Magalhães Mota, na verdade não conheço nenhum facto concreto que nos tenha levado a tomar esta iniciativa. Simplesmente, nós temos que legislar para o

futuro e é muito natural que empresas em situação de monopólio possam ser liberalizadas no futuro. Temos que nos precaver. Aliás a Aliança Democrática tem a intenção de regular as condições em que essas liberalizações serão feitas. Exactamente, sabemos que o Governo tem preparado uma proposta de lei de defesa da concorrência. Também sabemos que a ASDI apresentou, ou tem preparado, um projecto de defesa da concorrência que, por artes de «berlíques e berloques», é muito parecido com a proposta do Governo. Mas isso não é problema nosso — esperamos que V. Ex.^a o esclareça.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer ao Sr. Deputado António Moniz que, se não usasse das imunidades desta Câmara, seria processado, como já processámos um jornal que se atreveu a publicar a mesma atoarda, e que, em nome da dignidade e da honestidade, o Sr. Deputado deve imediatamente esclarecer as semelhanças e a anterioridade dos projectos, para que não fique ou como caluniador ou como mentiroso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não disse que V. Ex.^a nem o seu partido copiaram o projecto do Governo. Eu apenas disse que era do domínio da opinião pública que havia coincidências muito grandes. Foi só isto que eu afirmei, porque é isso que se pode ver, tanto nos corredores deste Parlamento como em todos os sítios, em todos os *mentidores* deste país.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Esta é que é a consciência da AD, a consciência dos *mentidores*!

O Orador: — Se V. Ex.^a copiou ou não copiou, não tenho elementos para me pronunciar, mas por aquilo que conheço de si, não acredito que fosse capaz disso.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cabrita Neto pediu a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — É sobre o problema levantado. Não sei se regimentalmente posso dar algum esclarecimento:

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cabrita Neto fica inscrito para uma intervenção a seguir à do Sr. Deputado Magalhães Mota, visto que não se trata de um protesto nem de um pedido de esclarecimento.

Para intervenções, estão inscritos os Srs. Deputados Magalhães Mota e Carlos Lage e, a seguir, o Sr. Deputado Cabrita Neto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que o debate que hoje vamos efectuar tem relação directa com aquele que ontem efectuámos. Perdoar-se-me-á, portanto, que eu comece por me centrar entre três questões que ontem aqui foram focadas.

Disse o Sr. Deputado Sousa Tavares que haveria que fazer uma consulta de ordem histórica — e citou vários autores. Eu, que sou fiel ao cronista que dizia que «no acrescentar do saber há sempre ganho», dediquei-me a consultar alguns dos autores por ele citados e verifiquei num deles, o Prof. Vitorino Magalhães Godinho (p. 197 dos *Ensaios sobre História de Portugal*, volume II), que, quando a Coroa renuncia a explorar directamente a rota do Cabo e adopta o sistema dos contratos com sociedades capitalistas privadas, se dá a crise. Aqui — passo a citar — «o tráfego com o Oriente dá lugar a pelo menos três contratos: arrendamento dos direitos aduaneiros a cobrar na Casa da Índia e da armação, apresto e navegação das naus da carreira entre Lisboa e Cochin ou Goa, fixando o Estado a tabela dos fretes; o contrato da trazida de pimenta da Índia para Portugal; o contrato da trazida de gengibre e noz-moscada da mesma proveniência». E acrescenta o Prof. Vitorino Magalhães Godinho: «Ensejos lucros abertos aos poderosos negociantes, ficando os pequenos à margem.» Era isto que eu ontem pretendia dizer.

O segundo ponto, que vale a pena também situar, é que houve no debate de ontem dois equívocos de posição. Um é que a social-democracia não faz o controle do poder económico por fora. Precisamente por isso é que os sociais-democratas defendem a co-gestão e não o controle operário. O outro equívoco diz respeito à posição face ao Estado. Também aqui vale a pena citar Vitorino Magalhães Godinho, porque eu saberia talvez dizer o mesmo (duvido!), embora, naturalmente, por piores palavras:

Nada revela melhor o enleamento do pensamento liberal no imobilismo do que a atitude dos teóricos da economia relativamente ao Estado. É verdade que, desde o início, e em nome dos benefícios da liberdade, eles são hóstis às suas intervenções. Simplesmente, esse Estado é ainda aquele através do qual se exprime a vontade incondicionada dum monarca ou dum casta. Ora, sob o próprio impulso das ideias liberais, o Estado democratizou-se. Os economistas ortodoxos não tiveram em conta esta transformação. Continuam a denunciar a presunção do legislador, quando este se tornou a emanacão da vontade nacional.

Creio que o problema de hoje vem na sequência do de ontem. Também aqui, nesta discussão, temos que desmistificar os vários mitos lançados. O debate de ontem demonstrou como não havia obrigações da CEE, como não havia razões de economia interna, como o problema se centrava na metafísica dos modelos de sociedade. Não é que eu renuncie à discussão metafísica, mas quanto a hoje queria dizer que também as obrigações decorrentes da adesão à CEE foram invocadas, mas do Tratado de Roma não resulta com tanta clareza uma situação como a que foi descrita. Bastaria pensarmos num organismo existente em França, o todo-poderoso ONIC, para que soubéssemos que há várias soluções possíveis e não uma só. Mas creio que o que está essencialmente em causa neste momento é uma iniciativa que, não querendo eu cair na facilidade com o Sr. Deputado Luís Coimbra há dias acusava

ó meu partido, diria que, não constituindo nenhum sintoma de febre legislativa; é pelo menos sintoma de alguma ligeireza. É que em dois artigos, e de uma penada, se faz uma afirmação de boa vontade, que poderá ser ou não um gesto útil — é isso que vamos ver. Creio que todos nós encaramos nesta Câmara as iniciativas parlamentares do PPM com uma expectativa e uma tolerância de simpatia. Sabemos até que o PPM celebra hoje o seu aniversário e não quereria ser eu a estragar a festa.

Mas, ao mesmo tempo que tudo isto vai evoluindo, nós começamos a ver que há uma realidade e uma fachada, que houve a feira de Belém, as torres do Tejo, o nuclear em Sayago, sem nenhum protesto do PPM ou com protesto adiado, e que o PPM até tem como ponto de honra ser o cimento da AD, quer dizer, aglutina alguma coisa que não é tão boa como isso. Será a consciência? Será a boa consciência?

Há, por outro lado, a noção dos «elefantes engolidos», e aqui eu não gostaria de fazer nenhuma espécie de ofensa, mas gostaria que houvesse uma simbologia que se tornasse patente. É que o outro animal que engole elefantes e tem capacidade para isso, que eu conheço é a boa — é um réptil.

Creio que é importante que, nestas coisas, não renunciemos a uma história importante sobre boas intenções. Quem acompanhou o humor catalão dos anos sessenta lembra-se com certeza daquela associação de «mxordeiros» de que o Perich falava, em que havia um que era melhor rapaz porque rezava todos os dias para que os alimentos adulterados não envenenassem as criancinhas.

Risos.

Este projecto será isso, será alguma coisa de melhor, não ultrapassará também o campo das boas intenções? A verdade é que, quando o projecto foi apresentado, havia um projecto sobre a Mesa em relação à defesa da concorrência. E o PPM até diz que o Governo tem um projecto, que é tão semelhante que também critica o Governo pelo facto de ter demorado quinze meses para publicar uma lei de defesa da concorrência, depois de tanto ter falado nela.

Mas o PPM não se preocupa com iniciativas outras, não se preocupa com oportunismo, não entra nestas ocasiões de afogadilho. Creio que podemos confiar na tal boa consciência. E não será que não devemos interrogar-nos sobre os bons serviços prestados pelo PPM? A verdade é que o PPM talvez possa dizer, e é capaz de o dizer, que foi por causa dele que não se desmanchou a feira de Belém, que foi por sua causa que o presidente Abecassis concordou em que não existissem torres por cima ou ao lado do seu cadáver, que foi por sua causa que haverá nuclear com certeza, mas cheio de segurança.

E assim o PPM acaba por conseguir objectivos úteis ou seja, as boas intenções do PPM acabam por coincidir com as reivindicações de muita gente, com os protestos dos partidos da oposição, com todos os movimentos populares, que depois o PPM diz que afinal foi ele quem fez e quem movimentou. O PPM seria assim, dentro da Aliança Democrática, um factor de equilíbrio e um factor de progresso que evitaria os males maiores, que traria alguma coisa de bom cá para este lado. O PPM seria assim uma espécie de

quem tira aos ricos para dar aos pobres, ou seja, o PPM seria o Robin da mata da AD.

Risos.

A realidade deste projecto é, no entanto, diferente. A realidade é que, com um projecto reduzido à simplicidade de dois artigos, se pretende ultrapassar um problema muito concreto e muito real, que é o problema da demolição da EPAC, quando, neste momento preciso e neste momento concreto, se sabe já da existência de sectores monopolistas preparados para tomar conta do espólio da EPAC. Este é o problema concreto e real. E também se sabe já que, pressionado por todo um conjunto de circunstâncias, sabendo que a CEE não trabalha desse modo, sabendo de muitas outras coisas, o novo regime cerealífero, para disfarçar, incluirá medidas de defesa da concorrência em matéria de cereais. O oportunismo é evidente, a concorrência é evidente e, para quem quer explorar coincidências, há coincidências a mais.

Aplausos da ASDI, do PS, do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabrita Neto, julgo que para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de confirmar a afirmação feita pelo meu colega do PPM, de que a versão do projecto apresentado pela ASDI nesta Assembleia em relação à lei da defesa da concorrência é uma cópia da última versão apresentada ao Governo pelo grupo de trabalho que desde Outubro de 1980 tem vindo a preparar uma informação sobre a lei de defesa do consumidor. Esta informação encontra-se no Gabinete do Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do Governo da Aliança Democrática e foi feita por um funcionário superior do Ministério do Comércio e Turismo.

Em segundo lugar, este facto já foi declarado publicamente pelos Ministros das Finanças e do Plano e pelo Ministro do Comércio e Turismo, anteontem, numa conferência de imprensa dada em Lisboa sobre a baixa de impostos aprovada no Orçamento Geral do Estado.

Penso ainda referir que uma lei de defesa da concorrência não é uma lei que se possa produzir de ânimo leve, é uma lei melindrosa e complexa que tem de dar garantias ao Governo e aos cidadãos portugueses de que será uma lei para acabar, na verdade, com a possibilidade de que possam aparecer, na base da liberalização dos actuais monopólios do Estado, monopólios privados.

O Governo da Aliança Democrática e o Partido Social-Democrata, tendo por base os seus princípios, não admitirão — e Sá Carneiro disse isso várias vezes — que se possam produzir monopólios privados em Portugal, mas também não deve continuar a haver monopólios de Estado. Este um facto que queria salientar na discussão do projecto de lei do PPM.

Além disso, gostaria que o Sr. Deputado Magalhães Mota me dissesse que provas tem para afirmar que o Governo está preparado para acabar com o monopólio de Estado que é a EPAC e que o vai entregar a empresas privadas e a grupos internacionais. Será que

também o Sr. Deputado Magalhães Mota e o seu partido terão alguém para tirar fotocópias dos estudos que o Governo tem noutras gabinetes ministeriais?

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — O Sr. Deputado Cabrita Neto não fez um pedido de esclarecimento, mas algumas afirmações cuja gravidade não poderei deixar passar sem resposta.

O Sr. Deputado não será certamente o funcionário superior do Ministério do Comércio e Turismo ao qual fez alusão, embora como deputado desta Câmara seja também representante desse Ministério numa comissão regional de turismo.

Mas, supondo que não existe essa coincidência, gostaria que o Sr. Deputado, porque essas perguntas já foram feitas ao Governo me esclarecesse sobre algumas questões.

De que data é o despacho ministerial que manda fazer uma lei de defesa da concorrência? Qual o seguimento do despacho que tiveram os estudos efectuados? Existe ou não um despacho dizendo que um relatório de um grupo de trabalho não correspondia à orientação do Governo e portanto devia ser rejeitado? Referiram os jornais que esse grupo tinha sido reactivado. Quando o foi através de que despacho? Quem são os componentes desse grupo de trabalho? Quais foram os trabalhos já desenvolvidos por esse grupo? Quais foram os despachos ministeriais que sobre esse processo incidiram? E, por último, quando, é que o Governo, que tem essa prioridade da lei da defesa da concorrência, procura apresentá-la, sabendo que existem em Portugal pelo menos dois projectos: um deles transformado em lei e com estudos da Câmara Corporativa, que é a Lei n.º 1/72, outro, da autoria do Ministro da Economia Rui Vilar, que serviu de base a vários projectos, mas que nunca teve seguimento.

Eram perguntas muito concretas que lhe queria fazer e queria que o Sr. Deputado esclarecesse de uma vez por todas, para que não diga que há deputados que copiam coisas que o Governo, ele sim, procura copiar.

Gostaria ainda de dizer-lhe que com muita alegria renuncio a qualquer direito de propriedade intelectual se o Sr. Deputado me der desde já a garantia de que o seu partido votará o projecto que apresentámos, que, pelos vistos é igual ao do Governo e de que leio uma passagem, que é de crítica à Lei n.º 1/72:

Em vez do método preventido ao sistema de dano potencial que é o da CCE, não admira que a legislação portuguesa, e concretamente a Lei n.º 1/72, de 24 de Março, tenha optado por considerar apenas os abusos do poder económico, não considerando, em princípio, as concentrações ou monopólios como tais.

Se estas e outras críticas são formuladas pelo Governo, se isto está de acordo com as vossas ideias e se o Sr. Deputado pode dar a garantia de que vota o nosso projecto, porque acha que ele é igual ao do

Governo, então toda a questão ficará encerrada, pois entendo que essa boa vontade merece ser ultrapassada e comemorada condignamente.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cabrita Neto foi agora interpelado sobre várias questões por parte do Sr. Deputado Magalhães Mota. Não lhe pode neste momento responder, salvo se desejar protestar contra essas afirmações. V. Ex.^a está inscrito para uma intervenção logo a seguir ao Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Sr. Presidente, fazia já um protesto.

O Sr. Deputado Magalhães Mota, além da grande quantidade de requerimentos que faz nesta Assembleia ao Governo, vem fazer-me agora perguntas e requerimentos relativamente aos quais não poderá certamente exigir que lhe possa dar neste momento a resposta.

Datas precisas não lhe dou, mas posso garantir-lhe que em Outubro de 1980 o Ministro do Comércio e Turismo do governo da Aliança Democrática nomeou por despacho um grupo de trabalho para estudar e preparar uma lei da defesa da concorrência. Posso ainda dizer-lhe que não conheço os nomes dos componentes desse grupo. Mas, se V. Ex.^a já fez esse requerimento ao Governo, vou tentar que o mais rapidamente possível lhe sejam dadas todas as informações pedidas.

Além disso, posso também afirmar, Sr. Deputado Magalhães Mota, que, se na verdade a versão final da proposta do Governo não diferir em muito da versão copiada do projecto da ASDI, o Partido Social-Democrata, se achar por bem, votará o vosso projecto de lei, copiado do grupo de trabalho nomeado pelo Governo, sobre a defesa da concorrência. Queria dizer isto de forma peremptória, para que não ficassem nesta Câmara quaisquer dúvidas a respeito deste assunto.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Magalhães Mota pede a palavra, certamente para contraprotestar.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — É exacto, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu não fiz nenhum requerimento ao Sr. Deputado. Admiti apenas que o Sr. Deputado, que veio aqui assumir uma posição, tivesse um conhecimento mínimo dos factos para a poder sustentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, queria dizer que, quando o Sr. Deputado fala num projecto de Outubro de 1980, julgo que o Governo terá com certeza que eliminar essa parte na sua resposta ao requerimento, porque com ela não provaria a anterioridade do projecto.

Em terceiro e último lugar, queria dizer ao Sr. Deputado que a única coisa que me tranquilizou das suas palavras foi saber que afinal poderiam votar

a favor de um diploma apresentado pelas oposições. Já não é mau, é pelo menos um progresso em relação a algo que começava a assumir foros de escandaloso, pelas características de pouca democraticidade de que se reveste.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — A ver vamos. Não sabemos se vai ser assim.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A primeira questão, melhor, o primeiro é aparente enigma com que se defronta quem fizer uma leitura deste projecto do PPM consiste em desvendar qual o seu propósito real e o objectivo concreto que pretende atingir.

Com efeito, no primeiro dos seus dois artigos estipula-se que «a liberalização de sectores económicos não nacionalizados, actualmente integrados em exclusivo na esfera de acção de empresas públicas, será obrigatoriamente precedida de legislação reguladora da concorrência». No artigo 2º determina-se que a referida legislação «deverá ter em atenção as normas elaboradas pela CEE sobre o mesmo assunto, bem como assegurar a possibilidade de acesso aos sectores pela generalidade dos cidadãos ou das empresas para eles vocacionadas».

Para que servem afinal estes dois artigos?

O preâmbulo também pouco ajuda à compreensão do contexto que motivou esta apressada iniciativa do PPM, pois apenas aí se manifesta o receio de que à desejada liberalização dos sectores da economia portuguesa não nacionalizados, hoje controlados pelo Estado através de empresas públicas ou de institutos públicos, não venham a corresponder tentativas de monopolização que invalidem os efeitos pretendidos.

Quais são essas tentativas de monopolização, subsequentes à liberalização dos referidos sectores? O projecto nada nos diz, a intervenção do Sr. Deputado António Moniz também não nos esclareceu.

De que é que estamos a tratar? Está a invocar-se um perigo de monopolização dos mercados, longínquo e abstracto, ainda não evidente, mas que o PPM com a sua costumada clarividência já detectou e procura combater pela antecipação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sejamos claros e não façamos sofismas. Aquilo que parece preocupar o PPM é um perigo grave para a economia nacional e para os Portugueses, não é um fantasma, não são preconceitos sedicões de que ontem aqui falavam os ilustres membros do Governo.

O PPM ao elaborar este projecto procura iludir ou tornear uma autêntica monstruosidade que está em vias de se praticar e que é a destruição da EPAC. A destruição desta, a consequente liberalização do comércio de cereais e a constituição de uma empresa monopolista privada, já na forja, a Intergrain, resultante da associação de grandes empresas de moagens com a multinacional *Louis Dreyfus*.

Porém, ficamos surpreendidos, porque o PPM acaba de entregar nas bancadas dos grupos parlamentares uma proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 1.º do seu projecto de dois artigos, onde se diz: «2. — Excep-

tua-se do disposto no número anterior a liberalização da aquisição directa de trigo nacional por parte de comerciantes ou industriais ou produtorés, desde que com aqueles concorra a EPAC». Isto é: veio tirar com esta alteração aquilo que aparentemente era o objectivo do seu projecto de lei.

Esta política de liberalização selvagem de mercados e preços que, sob o falso pretexto de integração na CEE, o Governo vai tornando um facto consumado já ditou a sentença de morte à EPAC, por enquanto adiada, apenas à espera da execução congeiminada nos bastidores do poder e das influências.

Assim Portugal não se aproximarà da CEE, antes se afastando cada vez mais. Lembro aos Srs. Deputados que a legislação comunitária impede a constituição de empresas com posição dominante nos mercados, impede a constituição de monopólios e, não existindo essa legislação entre nós, basta que o decreto-lei que está a ser preparado pelo Governo, que já é do conhecimento público, pois já foi revelado pelos jornais, retire à EPAC o exclusivo do comércio de cereais para que automaticamente seja elaborada a escritura de constituição da Intergrain que está na forja e que deterrá uma posição dominante no mercado, pois dominará à volta de 70% do mercado de cereais, designadamente do trigo.

Basta, portanto, retirar essa palavra mágica «exclusivo» para que automaticamente se crié um monopólio de interesses privados em Portugal. Mais isso faz parte da política deste Governo que já ontem pretendeu, através de uma lei que aqui aprovou — mas ainda não promulgada, claro está —, abrir a iniciativa privada a banca, os seguros e os grandes sectores da economia nacional. É uma política coerente esta de entregar tudo quanto pode à iniciativa privada, aos grandes grupos, aos interesses económicos de características monopolistas que estão à espera que a ADI lhes dê afinal aquilo que lhes tinha prometido e que por isso a apoiam.

Mas o que é a EPAC, alvo dos ataques do Governo e de grossos interesses particulares com aquele aliados? A EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — foi criada em 1977, detém o exclusivo da importação de cereais, assegura o escoamento da produção cerealífera nacional, a preços fixados com antecedência e garante a distribuição de matéria-prima à indústria transformadora de cereais. A EPAC tem assim uma função importantíssima na vida económica do País, tendo realizado em 1978 um volume de negócios da ordem dos 20 milhões de contos.

As consequências, no imediato, da apressada liberalização do comércio de cereais e o programado desmantelamento da EPAC são preocupantes pela repercussão automática que têm no aumento dos preços dos bens essenciais — pão, farinhas, massas alimentícias, carne, leite, ovos, etc. —, no fenómeno da especulação dos grandes intermediários, na dificuldade do escoamento da produção da lavoura e no deficiente e desigual abastecimento à pequena e média indústria, no controle do comércio do sector por autênticos monopólios que estão em constituição e, finalmente, na inviabilização da empresa. São os próprios trabalhadores da EPAC que o afirmam, e com toda a razão, trabalhadores que têm alertado o País para os grandes interesses que esperam aproveitar o

cadáver da EPAC e as suas infra-estruturas que cobrem o País.

Esta é uma das maiores negociações em curso e o Governo AD não tem apadrinhá-la, porque a fusão entre os interesses privados e a AD é evidente, estando assim esta a cumprir o seu papel e a sua função.

O pretexto para o desmantelamento da EPAC, que nos devemos preparar para a entrada na CEE, não convence ninguém. Isto porque haverá um período de transição para a integração na CEE. Além do mais, a PAC (Política Agrícola Comum) encontra-se em crise e está a ser revista. Ainda não sabemos quando nos integraremos na CEE, os dissabores que estamos a sofrer nas nossas pretensões relativamente às exportações dos nossos têxteis não dão credibilidade às teses do Governo.

Assim, mesmo que venhamos a integrar-nos na CEE, como é desejo do Partido Socialista, haverá um período de transição à volta de nove a dez anos que deveria ser aproveitado para uma progressiva adaptação aos mecanismos da CEE e não para este apressado desencadear da liberalização do comércio de cereais e da destruição da EPAC, que corresponde não ao interesse do País e da eventual integração na CEE, mas única e exclusivamente ao apetite, aos desejos e aos interesses de lucro de alguns grandes grupos que se constituem à sombra deste governo.

Há interesses nacionais e prioridades a defender. Os consumidores nacionais seriam reconhecidamente os grandes prejudicados com uma integração imediata que acarretasse a aplicação de todas as obrigações resultantes do Tratado de Roma e da PAC, uma vez que dai resultariam não só a elevação dos preços ao produtor, repercutida em seguida no consumidor, mas também a eliminação dos subsídios aos preços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, afinal aquilo que aqui se discute com este projecto de lei do PPM é realmente algo que tem preocupado o País, os trabalhadores da EPAC e todos aqueles que se batem em Portugal pelos interesses do povo, pelos interesses da população contra o apetite de alguns grandes grupos.

Aquilo que o projecto do PPM traduz, de maneira desfocada, fazendo um esforço irrisório para evitar aquilo que aqui nos traz, é realmente essa grande e escandalosa negociação da EPAC, preparada nas alforges do poder, que temos a possibilidade de discutir aqui na Assembleia da República e denunciar com toda a veemência.

Não é tolerável, não é admissível que um Governo que deve invocar e defender os interesses nacionais e os interesses da economia do País esteja a preparar a destruição de uma grande empresa, sob falsos pretextos, afinal para criar monopólios, para enriquecer alguns, para servir os interesses dos especuladores e de alguns monopolistas que estão na base de sustentação deste mesmo governo.

A Assembleia da República cumpre o seu dever em denunciar esta política, o povo nos julgará.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Lage, inscreveu-se o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Deputado Carlos Lage, estou verdadeiramente surpreendido com o debate que estamos aqui a fazer, sobretudo quando o junto àquele que ontem aqui fizemos.

De facto é surpreendente esta manifestação de confiança que a oposição revela em relação ao Governo. Disse ontem aqui o Sr. Deputado José Alberto Xerez que quem controla a moeda controla tudo e todos. Pois bem, o Governo não quer controlar tudo e todos, quer libertar-se dessa grave responsabilidade. A maioria que o apoia diz: não obstante apoiamos este governo, entendemos que é demasiado poder para tão poucas mãos. Vem a oposição e diz: Não senhor, entendemos que o Governo merece toda a confiança para poder controlar tudo e todos.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

E mais, hoje confirma absolutamente as posições assumidas ontem: não senhor, o Governo é que deve ter o controle todo do comércio dos cereais.

Pois bem, eu, se fosse Governo, ficaria profundamente sensibilizado com esta manifestação de confiança, mas o que continuo a dizer é que nem mesmo a um governo que apoio dou tanta confiança.

Peço, pois, ao Sr. Deputado Carlos Lage que me diga se de facto o meu entendimento da situação é correcto ou não.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Acreditará em tudo o que disse?

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Carlos Lage prefere, segundo suponho, no final, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Queria fazer duas pequenas perguntas ao Sr. Deputado Carlos Lage, mas antes queria dar-lhe a garantia de que pode ter a certeza de que o Governo e a maioria não querem que um monopólio se transforme noutro monopólio, como já há pouco aqui ficou dito. Nem a EPAC será destruída nem monopólios individuais se instalarão — disso pode ter a certeza.

Gostava agora de lhe perguntar se o Partido Socialista é ou não a favor da liberalização do comércio de cereais e se é ou não a favor da constituição de associações de agricultores para intervir nesse comércio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabrita Neto.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — A minha intervenção é mais um protesto do que um pedido de esclarecimento, porque o Sr. Deputado Carlos Lage afirmou que o Governo ia acabar com o monopólio da EPAC para o entregar a outros monopólios, citando inclusivamente o nome de uma empresa.

Terá o partido do Sr. Deputado algum militante influente ou terá o Sr. Deputado algum dos seus amigos nessa empresa para ter tanto a certeza de que na verdade o Governo vai autorizar a implantação dessas multinacionais aqui em Portugal, quando o Governo e o Partido Social-Democrata, como já aqui afirmei, não dão o seu apoio a que se destruam monopólios do

Estado para que se constituam, de qualquer maneira, outros monopólios? O que apoiamos é que haja um mercado, livre, sim, mas claro e aberto, como devem ser todos os mercados, como aqueles que existem na CEE.

Fico na realidade bastante surpreendido pelas afirmações do Sr. Deputado Carlos Lage, porque certamente terá alguém nessas multinacionais que lhe deu essas informações ou até talvez saiba que as escrituras de constituição dessas sociedades já estão feitas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A Sr.ª Deputada Helena Roseta pediu a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Creio que o não fez na devida altura, mas é natural que a Mesa não se tenha apercebido.

Tenha a bondade.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Era para perguntar ao Sr. Deputado Carlos Lage, que falou aqui de eventuais hipóteses de eventuais corrupções, sobre eventuais posições que o Governo viria a tomar sobre a EPAC, se tem ou não consciência de que sendo a EPAC uma empresa que detém o monopólio do Estado nesta matéria, pela simples circunstância de ter de lidar com tamanhas grandes quantidades, tal facto constitui só por si uma situação altamente favorável a que casos de corrupção se verifiquem e se tenham verificado no passado.

Posso citar-lhe aqui um caso, não de corrupção, mas de rejeição dela, que demonstra que esses casos podem acontecer.

Há bem pouco tempo, a um negociador da EPAC que em nome do Governo Português negociaava a aquisição de arroz para o nosso país foram oferecidos pelos negociadores espanhóis 30 000 contos para a sua algibeira; se ele adquirisse o arroz espanhol e não o arroz italiano que estava em melhores condições.

Este caso de tentativa de corrupção, que foi rejeitado por honestidade e seriedade do representante português, pode ter-se verificado noutros casos e não temos quaisquer possibilidades de ter provas sobre se essas ofertas entram ou não para o bolso de algumas pessoas.

Tem ou não o Sr. Deputado consciência de que a situação actualmente existente no monopólio estatal, em que pessoas singulares negoceiam enormes quantidades de cereais com negociadores estrangeiros, não havendo possibilidades de o Estado Português controlar a forma dessas negociações, é uma circunstância favorável à corrupção? O que é que pensa disso e qual a forma de o evitar?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage, para dar os esclarecimentos que lhe foram pedidos.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Portugal da Silveira, temo que ele não tenha percebido ainda a natureza do projecto de lei do seu partido e o contexto em que ele se insere. Daí, me parecer que quem fez sérias confusões foi o Sr. Deputado. Não lhe vou explicar mais uma vez a natureza dos dois artigos do projecto e da proposta de alteração nem o contexto em que ele se insere, pois abordei tais questões na minha curta exposição.

Quanto ao ter ou não ter confiança no Governo e relativamente aos negócios e aos interesses, dir-lhe-ei que sempre terei mais confiança, ou devo ter, num governo democrático do que nos grandes *trusts* nacionais e internacionais da finança.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Grandes tristes!

Risos.

O Orador: — Ou isso! E eu fui!

Pergunta o Sr. Deputado Carvalho Cardoso, se somos ou não a favor da constituição de associações de agricultores para a liberalização do comércio dos cereais. Cremos que é fundamental que, na perspectiva da integração na CEE, se constituam associações de agricultores para intervir no mercado — penso que é mesmo esta a expressão utilizada na CEE. Não somos é favoráveis àquilo que está a acontecer e que é afinal a constituição de associações de grandes moageiros para se aproveitarem do desmantelamento da EPAC. Eu, que leio os jornais, ainda muito recentemente li que houve um colóquio de uma associação de moageiros — que é afinal uma associação que engloba fundamentalmente grandes moageiros — em que estiveram presentes membros do Governo e onde foi lançada a campanha contra a EPAC, onde foi preparado o pontapé de saída para a destruição da EPAC e a liberalização do comércio de cereais.

O Sr. Deputado Carvalho Cardoso sabe perfeitamente isso; houve um grande aproveitamento dos meios de comunicação social em relação a esta questão, veio nos jornais e posso até alguns recortes com essas notícias que lhe posso fornecer se quiser.

Aquilo que está neste momento a provocar os nossos receios é a nossa resistência, bem como a dos próprios trabalhadores da EPAC, é essa associação de grandes moageiros — serão cinco ou seis — que está interessada no comércio de cereais, juntamente com a multinacional Dreyfus, multinacional que não é uma invenção minha. O próprio Sr. Deputado José Manuel Casqueiro diz que são essas multinacionais que agora se pretendem instalar em Portugal, procedendo à importação de cereais por conta própria — disse-o numa entrevista, não o cito por ser um testemunho fidedigno ou válido, mas porque tem com certeza muito peso para o CDS, já que é um deputado da vossa bancada.

Portanto estas multinacionais estão a movimentar-se, estão já a preparar e constituir empresas para aproveitar, digamos, o cadáver da EPAC, a fim de fazerem e realizarem grandes negócios. Não se trata, como lhe disse, da constituição de associações de agricultores, às quais somos favoráveis, mas de associações de grandes moageiros. Existem 2000 a 3000 pequenos empresários de moinhos e azenhas que fazem uma parte de moagem de cereais. É claro que

os grandes moageiros ocupam 60% ou 70% dessa moagem, mas também existem os pequenos empresários e estes são completamente prejudicados com essa política, porque terão sempre o cereal a preços mais elevados e em piores condições que os grandes moageiros.

Portanto a questão como o Sr. Deputado Carvalho Cardoso a pôs está totalmente deslocada e tem a resposta que lhe dei: são os moageiros que querem a EPAC e não as associações de agricultores, que não estão ainda inteiramente preparadas para assumirem algumas das vantagens que poderá haver de uma certa adaptação, como eu disse, das estruturas do mercado em Portugal às estruturas da CEE. Mas esta adaptação deve ter um período de transição, que deve ser progressivo. Já aqui assinalei que não sabemos quando é que vamos integrar-nos na CEE, mas deverá haver, segundo todos os entendidos nesta matéria, um período de transição, à volta de nove a dez anos, para a política agrícola comum. E não faz sentido que o Governo, de repente e de um golpe, se prepare para fazer essa liberalização de uma forma apressada e, por conseguinte, inadequada.

Como é que tenho a certeza de que o Governo vai autorizar a constituição destas empresas, pergunta o Sr. Deputado Cabrita Neto. Bem, a certeza que tenho baseia-se em algumas informações, baseia-se em algumas fontes que são do conhecimento público, como é evidente.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Tais como?!

O Orador: — Sr. Deputado, tenho aqui uma fotocópia de um jornal que traz o projecto de decreto-lei que o Governo tem preparado, onde se diz: «O processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia comporta a adopção de mecanismos jurídicos, etc., etc.» e no seu artigo único diz-se: «Na altura considerada conveniente e por portaria conjunta, poderão os Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo alterar ou revogar o regime de exclusividade de importação de cereais, sementes de cereais e forrageiras.» Há, portanto, vários dados do conhecimento público e não é preciso ter amigos nessas empresas. Eu, por exemplo, não tenho amigos — embora tenha muitos amigos — colocados nesses lugares que dão benesses e que dão vantagens, ...»

Risos do PSD

... pois não é próprio da bancada socialista utilizar essas influências.

Risos e protestos do PSD.

Não é, Srs. Deputados! Não vamos entrar nesse terreno, pois é um daqueles em que a bancada socialista está à vontade — e eu, particularmente, estou completamente à vontade.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Os quadros da EPAC são quase todos socialistas!

O Orador: — Quando fazemos este alerta, quando esclarecemos, aqui na Assembleia da República e noutras oportunidades, a opinião pública, sabemos que estamos a travar o Governo, sabemos que estamos a travar esses interesses. E, se houver algum

recozo, por pudor e por receio das consequências políticas, isso também se ficará a dever à oposição, pois essa é uma das suas funções: fiscalizar, não só a posteriori, mas previamente. E o que estamos aqui a fazer neste momento, com base no projecto de lei que o PPM apresentou, é fiscalizar, digamos, preventivamente.

Estamos convencidos de que as coisas não irão ser como estavam a ser programadas, se fossem feitas em perfeito silêncio. É o facto de os trabalhadores da EPAC, em vez de reivindicarem só aumentos salariais, reivindicarem também a manutenção dos seus postos de trabalho e de assim defenderem a empresa e os interesses do País e é o facto de estarmos aqui a falar que irão, com certeza, mudar alguma coisa do que está a ser feito. E, se amanhã tivermos alguma legislação menos perniciosa para a EPAC e para os interesses nacionais, também poderemos dizer que, de alguma maneira, isso se nos deve.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Não é nada modesto!

O Orador: — A Sr.^a Deputada Helena Roseta fala de eventuais corrupções e pergunta se conheço alguns casos na EPAC. Posso garantir-lhe que não investigo essas coisas, e, quanto ao caso que acaba de focar, gostaria que, se tivesse provas ou elementos exactos que possam basear as suas acusações, que são graves, os fornecesse.

Mas com certeza que o PPM deve ter conhecimento de situações impróprias para ter tido o cuidado e a preocupação de apresentar aqui este projecto de lei. Talvez que os parceiros da coligação possam trocar impressões sobre estas matérias e tenham muito a dizer aos outros.

Ignoramos que haja essas corrupções na EPAC. Se as houver, somos contra elas, como somos contra a corrupção no Estado, em qualquer organismo público ou empresa pública. Faz parte da nossa perspectiva batermo-nos pelo socialismo e isso para nós significa não só um combate por ideais, mas também um combate moral em que a sobriedade e a austeridade nos comportamentos e nas maneiras são fundamentais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — E quando o socialismo vai para a gaveta?!

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Helena Roseta pede a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Para dar explicações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Isso não pode, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Nesse caso, para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se a Sr.^a Deputada me diz, primeiramente, que é para dar explicações e depois, como não pode, me diz que é para um protesto, está no fundo a querer violar o Regimento.

V. Ex.^a fará então um protesto, limitando-o a esse tipo de intervenção regimental.

A Sr.ª Helena Roséta (PSD): — Sr. Presidente, desculpar-me-á, mas não é a primeira vez que um deputado muda a figura regimental para poder intervir nesta Câmara. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Lage, uma vez que fui interpelada directamente, que a minha pergunta não foi se o Sr. Deputado conhece e pode dizer quais são os casos de corrupção eventualmente já acontecidos na EPAC. O que lhe perguntei é se a circunstância de haver um monopólio estatal que lida com quantidades tão elevadas e que lida com elas colocando na mão de pessoas isoladas a possibilidade de negociar com outros Estados essas mesmas quantidades elevadas não é só por si favorável ao aparecimento de casos de corrupção. E o caso que citei foi o contrário de corrupção. Foi exactamente uma pessoa que recusou a corrupção e por isso a apontei aqui. Mas o facto de haver uma pessoa que recusa leva-me a admitir que a outras poderão ter sido feitas as mesmas ofertas e eu não tenho provas nem possibilidades de comprovar se isso aconteceu ou não. O que disse é que a circunstância de tudo estar nas mãos do Estado e as quantidades serem tão elevadas é sempre favorável a que esses casos possam aparecer.

Era sobre isso que gostaria de ter ouvido a sua resposta, mas o Sr. Deputado não foi capaz de me responder. Em qualquer caso, penso que o Sr. Deputado talvez não esteja suficientemente informado acerca da EPAC e da situação que aí se vive, inclusivamente da posição dos trabalhadores sobre a própria empresa. As afirmações que acabou de fazer, de que não tinha amigos aí e que não teria pessoas do seu partido lá colocadas, provam que o Sr. Deputado conhece muito mal a empresa e o seu passado e conhece muito mal as decisões que foram tomadas por um anterior membro do conselho de gerência da empresa, colocando exactamente nos postos elevados da EPAC uma enorme maioria de pessoas do Partido Socialista. O Sr. Deputado está mal informado e portanto, quando assim acontece, é melhor não invocar coisas que contra si se viram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage, creio que para um contraprotesto.

O Sr. Carlos Lage (PS): — É um pouco contraditório, por um lado, que se afirme que trago estes problemas à Assembleia porque tenho conhecimentos, amizades ou ligações com a EPAC e, por outro, se diga que não se pode conhecer bem o caso se não se têm as ligações e as informações convenientes para se analisarem as questões.

Penso que há elementos objectivos e que é sobre estes elementos que nos devemos fundamentar para analisar a questão da EPAC. Os elementos objectivos são aqueles que constam de estudos, dos textos fornecidos pelos trabalhadores da EPAC, nesses é que me baseio e não em testemunhos pessoais, em visões subjectivas da empresa ou até em eventuais interesses peculiares que sempre se formam nestas grandes empresas, dependendo dos sectores e das aspirações que eventualmente possam ter os próprios membros das empresas. Portanto baseio-me em elementos objectivos.

Quanto à existência de eventuais casos de corrupção nestas grandes empresas, costuma-se dizer que o poder

absoluto corrói absolutamente. É talvez caso para perguntar se as quantidades absolutas também, terão potencial para corromper. É uma observação, é uma previsão que a Sr.ª Deputada poderá ter, mas não participo dela. Acho que pode haver grandes empresas públicas que tenham uma vida transparente, em que a prática dos seus responsáveis e dos seus trabalhadores seja perfeitamente íntegra e honesta. Sabe-se até que no regime de concursos públicos pode haver corrupção. Portanto não vale a pena dizer que a corrupção só é susceptível de se gerar, medrar e se desenvolver numa grande empresa ou numa empresa de características monopolistas, como é a EPAC, e não acontecerá noutra sistema. A corrupção sempre nos espereira e o que é preciso é saber resistir-lhe e haver leis e tribunais para a punir quando se verifique.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Cabrita Neto.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer, relativamente a algumas declarações que aqui foram feitas, que o Partido Popular Monárquico faz parte da Aliança Democrática.

Quanto à EPAC, é facto que muitos falam dela, mas bem poucos parecem conhecer os problemas de uma empresa deste cariz.

Quanto a problema de corrupção, eu poderia esclarecer os Srs. Deputados, principalmente do Partido Socialista, que eu, como deputado do Partido Social-Democrata, a determinada altura tive conhecimento de eventuais irregularidades na Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, que é também um dos monopólios de Estado existentes em Portugal, o que me levou a pedir ao Governo uma sindicância a esse organismo, para saber se de facto havia corrupção. Neste momento sei apenas que a sindicância está a ser feita.

Como quer que seja, o que é facto, tal como a minha colega Helena Roseta referiu, é que em casos de monopólio há sempre mais facilidade de se verificar corrupção. Foi apenas isso que foi dito, nada mais, pois estão fora de causa quaisquer processos de intenção, que aliás não estão nos meus hábitos de social-democrata.

Já os Srs. Deputados do Partido Socialista parecem analisarem a actuação do Governo por aquilo que lêem nos jornais. Mas nos jornais escreve-se e lê-se muita coisa. Eu respeito, absolutamente, a imprensa livre, as suas opiniões e aquilo que constata. Mas qualquer de nós, ao ler os jornais, qualquer que seja a tendência, desde O Diário a A Rua, tem que analisar com firmeza as intenções com que eventualmente determinadas afirmações são feitas. Se o Sr. Deputado do Partido Socialista me viesse dizer que no Diário da República veio publicada a lei X ou Y, que diz isto, aquilo ou aquello, nessa altura teria autoridade para insinuar que o Governo estava a proteger multinacionais, a proteger determinados grupos.

Mais lhe digo, Sr. Deputado, para seu esclarecimento, pois parece estar um pouco fora dos assuntos da EPAC, que um gestor que foi nomeado durante

os governos socialistas — eu li isso nos jornais, não vem no *Diário da República* — é o principal organizador de um desses grupos, de uma dessas multinacionais que se pretendem instalar em Portugal para controlar a actividade cerealifera no nosso país.

É necessário, portanto, que fique bem claro que as intenções que por vezes se insinua existirem nos outros nem sempre correspondem à realidade das coisas.

Srs. Deputados, o Partido Social-Democrata tem em consideração os 2000 trabalhadores da EPAC, tem em consideração os 38 milhões de contos de compras que a EPAC realizou em 1980 — o número que foi aqui citado era referente a 1978, portanto estava desactualizado —, tem em consideração a importância que os cereais têm para o abastecimento do País, tem em consideração a existência no País de três a quatro mil moageiros, pequenos e médios moageiros, e tem também em consideração a existência de 80 000 produtores de cereais em Portugal continental e nas regiões autónomas. O Partido Social-Democrata terá sempre em conta, e defendê-los-á intransigentemente, os interesses de todos aqueles que, em liberdade, tiverem oportunidade de entrar no mercado livre, de todos aqueles que, em liberdade e sem monopólios de qualquer ordem, puderem operar neste país.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Essa é uma certeza que a oposição pode ter.

Claro que não fica mal à oposição — é essa uma das suas funções primordiais e é para isso que estamos a viver em democracia — controlar o Governo e as instituições do Estado. Sendo uma função normal em democracia, não é de estranhar — e eu, por mim, não estranho — que a oposição efectue tal controle, neste momento ou em qualquer outra altura. Mas, quando o fizer, deve fazê-lo com verdade e não baseando-se em jornais, em boatos, em calúnias infundadas. A oposição deve basear-se em factos concretos, não em insinuações.

Este é um aspecto que eu gostaria de ver salvaguardado. Não se trata de pretender dar às oposições lições deontológicas acerca do que afinal são princípios básicos em qualquer democracia.

Srs. Deputados, é um facto que os partidos da Aliança Democrática estão solidários no apoio ao Governo. Mas igual solidariedade se verifica em relação às iniciativas legislativas de cada um deles.

Assim sendo, o PPM apresentou um projecto de lei, em relação ao qual o PSD, sem quebra dessa solidariedade, ou quaisquer outros partidos podem apresentar as propostas de alteração que julguem oportunas.

Há, pois, que realçar a dignidade e a idoneidade moral de um partido que apresentou a esta Assembleia um projecto de lei que, para além de ser democrático, defende os interesses da maioria, para não dizer, talvez com mais verdade da totalidade dos Portugueses, sobretudo dos consumidores.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Isto porque, na verdade, se se permitisse a existência em Portugal de monopólios privados, os primeiros e os últimos prejudicados seriam os consumidores. Ora, o Partido Social-Democrata tem,

acima de tudo, como princípio fundamental que os consumidores devem ser os primeiros a ser protegidos e isso deve verificar-se numa lei da defesa da concorrência, que é, no fim de contas e em última análise, a defesa desses mesmos consumidores.

Temos também para discutir nesta Assembleia uma lei de protecção ao consumidor. O Partido Social-Democrata dá efectivamente o seu apoio a que haja neste país uma lei que proteja realmente os consumidores. Mas é preciso que as associações de consumidores não sejam transformadas, como muitas outras organizações neste país, em mais correias de transmissão partidária, como é o caso da Deco, correia de transmissão de um partido representado nesta Câmara.

Risos da ASDI.

Nós, efectivamente, pensamos que a lei de defesa do consumidor está muito ligada à lei de defesa da concorrência, sendo essa ligação uma maneira de evitar monopólios privados que os prejudiquem em última análise.

O Partido Social-Democrata vai, portanto, votar favoravelmente o projecto de lei apresentado pelo Partido Popular Monárquico, reservando-se naturalmente o direito, como partido democrático que é, com a sua identidade própria dentro da coligação, de propor as alterações que julgar oportunas.

O Partido Social-Democrata é, sem dúvida, a favor de uma lei de defesa da concorrência. Aliás, sempre pugnou por isso. Recordo, por exemplo, que Francisco Sá Carneiro, em várias intervenções públicas, manifestou-se sempre, seguindo o programa do partido e o programa da Aliança Democrática, contra os monopólios de Estado, mas, de igual modo, sempre se opôs a que se constituíssem, à sombra da liberalização monopólios privados que prejudicassem os Portugueses. É essa exactamente a nossa posição.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Guterres pede a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. António Guterres (PS): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — E o Sr. Deputado César Oliveira? Também é para um protesto?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Não, Sr. Presidente. É para pedir um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Então usará da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado António Guterres para um protesto, e a seguir os Srs. Deputados César Oliveira, Magalhães Mota e Rogério Brito, pela ordem indicada, para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Cabrita Neto, o protesto que pretendo fazer vou procurar fazê-lo com toda a serenidade, em tom contraste com o da sua intervenção.

O Sr. Deputado afirmou que nós fizemos acusações caluniosas, nesta matéria, ao Governo e aos partidos da maioria, que lhes imputámos intenções fraudulentas que lhes apontámos propósitos de corrupção.

Gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, com toda a franqueza, o seguinte: quem trouxe a questão da

EPAC à baila neste debate não foi a oposição, foi o próprio PPM. Ora bem! É muito estranho o — é muito estranho em qualquer parlamento do Mundo — que, quando se apresenta um projecto de lei de defesa da concorrência, ou melhor dizendo, quando se apresenta um projecto de diploma que aponta para a necessidade de fazer alguma coisa pela defesa da concorrência, se diga explicitamente que se exclui um caso — um único caso! — da necessidade de tal defesa. Com isto não pretendo acusar ninguém de corrupção, mas tenho, pelo menos, de afirmar que isso é muito estranho — eu diria mesmo mais, que isso é invulgar e inédito no processo legislativo de todos os países do mundo.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado acusou ainda a Deco de ser correia de transmissão de um partido político. Como sócio fundador dessa instituição, em cujo lançamento esteve com um elemento destacado do seu partido, o Dr. Alberto Regueira, quero dizer-lhe que a Deco nunca foi correia de transmissão nem do PSD nem do PS, que a Deco está aberta à inscrição de militantes de qualquer partido político desta Câmara — que eu saiba, nunca foi recusado nenhum —, desde que sinceramente empenhados na defesa do consumidor e desde que não queiram levar lá para dentro questões partidárias ou questões internas dos seus partidos.

Vozes: — Muito bem!
Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cabrita Neto deseja responder imediatamente ou no fim?

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira para pedir esclarecimentos.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Eu não sou propriamente, como o Sr. Deputado Cabrita Neto certamente é, especialista em matéria de grande comércio e grandes armazéns. Infelizmente, é matéria em que nada tenho a dizer.

Pretendo apenas perguntar uma coisa, que é lateral, mas está implícita na sua intervenção.

O Sr. Deputado, na linha, aliás, da intervenção da Sr. Deputada Helena Roseta, disse muitas coisas que me levam a pensar que isto de corrupção é mais fácil no sector público do que no sector privado. A minha pergunta é esta: o Sr. Deputado não admite corrupção no sector privado? Acha que a iniciativa privada é tão exelso que está isenta de corrupção?

Risos.

Queria lembrar-lhe que ainda ontem alguns jornais — por sinal, insuspeitos — noticiavam a prisão de sete banqueiros italianos que metiam a mão na «massa» que não era brincadeira nenhuma...

Risos.

e até parecer haver elementos do governo da Democracia Cristã envolvidos no escândalo. O Sr. Deputado admite ou não que na iniciativa privada também há de vez em quando, ou pode haver, a sua corrupção?

Risos da UEDS, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas algumas questões.

Em primeiro lugar, disse o Sr. Deputado Cabrita Neto que a oposição deve basear-se em factos e que precisa de conhecer bem as questões. Óptimo, Sr. Deputado! Estamos de acordo. Pena que é o Governo não nos tenha honrado com a sua presença neste debate e tenha mandado recados por interposta pessoa, pena é que o Governo não responda às questões colocadas pela oposição. Se o Sr. Deputado puder meter uma cunha, eu agradeço.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Cunha?!

O Orador: — Com certeza. Não se esqueça que o Sr. Deputado ainda há pouco disse que exerceria a sua influência para que me respondessem rapidamente a um requerimento.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — E isso é cunha?

O Orador: — Trata-se de uma imagem, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado quer continuar?

O Orador: — A segunda questão que queria pôr é se o Sr. Deputado tem ou não conhecimento de que tem havido hesitações diversas quanto à definição do regime cerealífero. E de tal modo essas hesitações existem, como existem em relação à defesa da concorrência, que o PPM apresentou este projecto de lei dando tempo a que apareça um projecto ou uma proposta de lei de defesa da concorrência. Se já existisse tal projecto ou tal proposta, com certeza que o projecto de lei do PPM era inútil, porque a defesa da concorrência fica estabelecida em proposta de lei do Governo ou em projecto de lei de um dos partidos seus apoiantes.

Bom, mas a questão tem que ver com o Tratado de Roma e com os monopólios. É que o Tratado de Roma proíbe os monopólios, de maneira que, quando o Sr. Deputado Cabrita Neto fala na proibição dos monopólios, eu pergunto-lhe: já renunciou ao Tratado de Roma? Ou, pelo contrário, o que está em causa não é um monopólio, mas uma situação em que a associação de empresas portuguesas com empresas estrangeiras se pode transformar, pela fraca dimensão dos produtores e dos moageiros portugueses que ficam excluídos dessa associação, numa situação de controle do mercado, que, em todo o caso, não fica sujeito às regras de controle monopolista da CEE? Pergunto se não é essa a fraude à lei que, no fundo, está em causa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos admitir que não se pretende a criação de monopólios. Vamos admitir também que sou um eventual importador de meia-leca e que tenho ao meu lado um potencial importador com uma grande capacidade financeira logo à partida. Vamos admitir ainda que eu, como importador de meia-leca, nem sequer sou reconhecido pelas grandes multinacionais exportadoras de cereais. Mas o grande grupo económico preparado em Portugal para a importação, esse, as multinacionais internacionais conhecem-no de certeza. E assim se fazem as grandes alianças económicas dos monopólios externos com o capital financeiro do nosso país. Esta é a realidade. E, mesmo ao nível da pretensa intervenção dos produtores do País nesta liberalização das importações, certamente não podemos desconhecer — e neste momento já temos disso provas concretas — que só os grandes agrários, ligados ao capital financeiro, estão preparados e prontos para intervir neste mercado.

Mas, independentemente de quaisquer monopólios — o que é facto é que os grandes beneficiários desta liberalização serão os grandes intermediários, os grandes armazénistas, os grandes industriais —, outra questão se coloca: saber qual a situação para a nossa produção, para os nossos agricultores. Temos os rendimentos mais baixos da Europa, a quilómetros de distância dos restantes países europeus. Põe-se, portanto, a questão: defende-se a produção interna ou liquida-se a produção interna em benefício exclusivo dos compromissos assumidos com o exterior? Melhor ou pior, pode-se sempre construir um prédio. Mas, se não lhe construirmos os alicerces, certamente ele cai. E aqui, admitida a liberalização, na perspectiva de integração na CEE — liberalização com que, evidentemente, não concordamos —, põe-se a questão: o que é que o Estado e o Governo fizeram em termos de investigação, em termos de experimentação, em termos de apoio técnico à produção, em termos de apresentação aos produtores deste país de novos cultivos devidamente adaptados às características edafo-climatéricas dos solos? Quer dizer, atiramos com os agricultores deste país aos bichos sem lhes darmos a mínima capacidade para poderem suportar a brutal concorrência, no exterior, de países altamente desenvolvidos. Isto é a ruína pura e simples da nossa agricultura. E os Srs. Deputados e a AD devem ter a coragem de assumir esta posição: nós liberalizamos para arruinar os agricultores deste país. Tenham a coragem de o dizer.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabrita Neto, para responder.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Com a serenidade que o Sr. Deputado António Guterres não demonstrou ter na sua intervenção, posso-lhe transmitir que, na verdade, intenções e calúnias são fáceis e gratuitas e são tão fáceis e tão gratuitas da parte das bancadas da oposição como a seriam das bancadas da maioria. E é precisamente por isso que afirmei — e manteño-o — que a oposição não se deve basear em escritos, em jornais, para fazer processos de intenção.

Quanto à corrupção no sector público, o Sr. Deputado levantou uma questão que eu gostaria de escla-

recer à partida: nós não estamos aqui a falar do sector público, mas, sim, de um sector que é monopólio do Estado. Portanto, entre empresas monopolistas do Estado e empresas privadas naturalmente será muito mais fácil verificar-se corrupção — não quer dizer que ela exista — nos monopólios do Estado, em que não há no mercado hipótese de controle efectivo dos preços reais dos produtos, porque não há concorrência porque há monopólio, do que nas empresas privadas.

Isto não quer dizer, Sr. Deputado, que nas empresas privadas não possa haver corrupção. Embora não tenha provas, estou convencido de que poderá haver. Mas o que é certo é que nas empresas privadas há mecanismos de controle e concorrência aberta, o que permite que sejam minimizadas as possibilidades de actos de corrupção.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Deputado Cabrita Neto, não estaria de acordo comigo — pelo menos para reflectir com base no exemplo apresentado pela Sr.ª Deputada Helena Roseta — em que a concorrência comporta em si a corrupção e que, se não houvesse vários concorrentes perante a EPAC, talvez não tivesse sido feita a tal oferta dos 30 000 contos para que a EPAC adquirisse produto ao tal concorrente espanhol?

O Orador: — Não, Sr. Deputado. A questão é que a EPAC é um comprador exclusivo. Se existissem outros compradores, certamente não se teria originado tal situação. Por outro lado, todos sabem que não há milagres e, portanto, esses 30 000 contos tinham que ser tirados de algum sítio ou adicionados a qualquer coisa para poderem ser entregues eventualmente à pessoa corrupta. Ora, isso só faria com que os preços fossem mais altos. O povo português teria, portanto, que comprar os produtos mais caro, para assim pagar a corrupção.

Gostaria que ficasse bem claro que o Partido Social-Democrata defende a liberalização da economia e a integração europeia. Mas vamos ter tempo para que essa integração se faça gradualmente e há também que dar tempo para que a liberalização seja feita de forma a que não haja dúvidas quanto a qualquer hipótese de que se venham a instalar em Portugal esses grandes grupos monopolistas que podem prejudicar os consumidores portugueses.

O Sr. Deputado da bancada comunista quis misturar uma lei de defesa da concorrência com problemas básicos da agricultura. Eu não sou especialista em assuntos e problemas referentes à agricultura, mas estou convencido de que, se houver gradualmente uma liberalização do comércio dos cereais, os próprios agricultores portugueses terão possibilidades de adquirir sementes, de adquirir técnicas e de se prepararem para melhorar os seus quantitativos produtivos, que — e concordo consigo quanto a esse aspecto — são os mais baixos da Europa. Mas essas são questões de ordem técnica agrícola e certamente não serão estes o local e a hora indicados para os discutirmos, nem eu sou técnico desse sector.

Na verdade parece-me que ficou bem claramente expresso que a bancada do Partido Social-Democrata não tem qualquer dúvida de que com a eliminação gradual dos monopólios do Estado nestes sectores que não são básicos para a economia se poderá evitar que se constituam em Portugal monopólios que prejudicam o povo e os consumidores portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso, para protestar em relação à intervenção do Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria protestar contra as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Rogério Brito, ao insinuar que a liberalização do comércio de cereais era fundamentalmente para provocar a ruína dos agricultores. Gostaria de explicar ao Sr. Deputado Rogério Brito — embora ele saiba que não é assim, mas, enfim, a sua ideologia obriga-o a dizer isso — que, tanto quanto chegou ao meu conhecimento, numa reunião que houve de alguns membros do Governo com as associações de agricultores do País, duas delas aprovaram a liberalização do comércio de cereais, a CAP e as UDA's, e quem não aprovou foi só a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA). Portanto, há, pelo menos uma maioria de agricultores que estão de acordo com a liberalização desse comércio, e penso que é passar-lhes um atestado de menoridade e de pouca inteligência dizer que estão a favor de um processo que seria a sua ruína, pois parece-me que não deve ser essa a sua intenção.

Por outro lado queria também protestar pelo facto de o Sr. Deputado dizer que não há nada em Portugal que permita ajuizar quais são as melhores variedades que devem ser distribuídas pelos agricultores e quais as que podem fazer concorrência na CEE. Como sabe, esse é um dos poucos sectores onde a investigação tem trabalhado alguma coisa, bem, pois existem estudos muito prolongados e sabem-se já quais são as variedades capazes de boa produtividade nos nossos solos. Está-se já na fase de multiplicação, e mesmo algumas delas, se não conseguimos a multiplicação, que leva muito tempo, embora já tenha começado, podem ser importadas, porque existem em países vizinhos. Portanto, já pode haver nas próximas sementeiras algumas variedades disponíveis para a lavoura.

O que o Sr. Deputado também deve ter em conta é que esta liberalização do comércio é a favor dos próprios agricultores, no sentido de aumentarmos as nossas produções, porque nós acreditamos numa economia social de mercado. O Sr. Deputado repare que naqueles países em que vigora uma economia de mercado centralizada, o que acontece é que, embora tenha os melhores solos do mundo, como é o caso da União Soviética, não conseguem ser auto-suficientes na produção de cereais.

O Sr. Presidente: — Chamou a atenção dos Srs. Deputados de que devem naturalmente circunscrever-se às disposições regimentais. Todos os Srs. Deputados devem conhecer o Regimento, a Mesa também o conhece, mas, mais do que isso, tem a obrigação de respeitar e fazer cumprir.

Tem a palavra a (Sr.) Deputada Helena Roseta, para protestar.

A Sr.º Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero protestar por se estar a estabelecer nesta Câmara uma grande confusão entre uma determinada solução para o caso concreto da empresa EPAC, seja ela monopólio de Estado, como é presentemente, ou seja uma solução de futuro, de liberalização, e a eventualidade de haver ou não haver corrupção. Penso que são questões distintas. Os deputados do Partido Socialista e mesmo os deputados da UEDS que integram a Frente Republicana e Socialista estão a tentar estabelecer essa confusão. Mas o que quero que fique aqui bem claro é o seguinte: tanto pode haver condições para corrupção com a situação actual como amanhã poderá haver condições para corrupção, com uma nova situação dada ao sector. A corrupção pode sempre existir e temos que a combater em qualquer circunstância. Aliás faz parte do programa da AD moralizar os circuitos.

Portanto, o que quero dizer é isto: quando frisei que actualmente já havia condições para que existisse corrupção, foi apenas para contestar o vosso argumento de que o Governo pretende a liberalização do comércio para permitir condições para a corrupção. Eu contesto profundamente nesse vosso argumento. Sinto há condições para a corrupção neste momento como com outra solução e, portanto, meus senhores, separemos as questões. Discutamos, em termos de economia nacional, o que é que é melhor para o País e discutamos, em termos de moralização de circuitos, como é que se impede a corrupção. Trata-se de questões diferentes e pedia que não as confundissem.

Vozes do PSD: — Muito-bem!

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pretende usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Para contraprotestar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade de aguardar a sua oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito, que se tinha inscrito antes para o mesmo efeito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apenas dizer o seguinte: em primeiro lugar, julgo que nem se deverá colocar aqui a questão de quais são as hipóteses de corrupção com empresas públicas ou com empresas privadas. É que os aspectos de corrupção são menores neste jogo de interesses do grande capital.

Disse há pouco o Sr. Deputado Cabrita Neto que a concorrência aberta é uma das formas de impedir a corrupção nas empresas privadas. Gostaria de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado: os grandes monopólios internacionais terão o cuidado, quando tiverem as portas do nosso mercado abertas, de inclusivamente estabelecerem pautas de quotas do que cada um vai dispor no mercado interno e até vão acordar os preços que vão praticar no nosso mercado. Isto é o que

elas fazem hoje, assim como o fazem há muito tempo neste país como em outros países onde efectivamente impõem as suas regras. E não me digam que não é assim, porque eu trabalhei numa multinacional.

Em segundo lugar, disse o Sr. Deputado Cabrita Neto que estava de acordo em que se faça a liberalização, mas que ela será feita progressiva e gradualmente. Bem, ainda anteontem o Governo anunciou que a liberalização do comércio do trigo será feita já este ano. E eu pergunto ao Sr. Deputado se esta é que é uma forma progressiva e gradual.

Disse ainda o Sr. Deputado que esta questão nada tem a ver com a agricultura. Tem, e tem muito, Sr. Deputado, porque os agricultores sempre foram subjugados aos interesses das grandes indústrias, dos grandes intermediários, dos grandes armazénistas e do grande comércio e mais uma vez correm o risco de o voltar a ser.

Quanto ao facto de os agricultores darem ou não darem apoio a esta solução preconizada pelo Governo, a questão que se deverá pôr é se eles próprios já entenderam a dimensão que este problema tem em relação à sua própria actividade. É quanto a este aspecto que se deve levantar a questão, se houver a honestidade de lhes colocar os problemas realmente como eles se irão apresentar.

Mas eu diria o seguinte: o que está aqui em causa é que, em 1980, foram importados 28 milhões de contos de cereais e, em 1981, 40 milhões de contos. Ora basta calcular um lucro normal de 10% e mais 10% de lucro especulativo para compreendermos os interesses que estão aqui em causa. É por isso que as multinacionais estão interessadas, assim como os grandes industriais, os grandes moageiros e os grandes comerciantes deste país. Não nos iludamos!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o debate continua. Entretanto inscreveram-se, para fins que ignoro neste momento, os Srs. Deputados Lopes Cardoso e António Campos. O Sr. Deputado Lopes Cardoso julgo que se inscreveu para contraprotestar. Poderia indicar à Mesa relativamente a que intervenção é dirigido o seu contraprotesto?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Quero contraprotestar porque, se bem entendi, a Sr.ª Deputada Helena Roseta protestou contra a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Então faça o favor de aguardar apenas um momento.

Para que efeito pediu a palavra o Sr. Deputado António Campos?

O Sr. António Campos (PS): — É para um contraprotesto em relação à intervenção da Sr.ª Deputada Helena Roseta.

O Sr. Presidente: — Informam os Srs. Secretários que houve referências indirectas aos Srs. Deputados e aos respectivos partidos. A ser assim, a Mesa, embora com algumas dúvidas, porque este campo dos protestos é sempre muito delicado, beneficiará o protestante.

Tenha a bondade de usar a palavra, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, eu não quero usar do benefício que me atribuiu. Como estou inscrito para uma intervenção, terei então ocasião de me referir às palavras da Sr.ª Deputada Helena Roseta. Não vamos, pois, perder mais tempo, passemos adiante para não prolongarmos o debate desnecessariamente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua compreensão.

O Sr. Deputado António Campos ainda quer contraprotestar?

O Sr. António Campos (PS): — A ser assim, Sr. Presidente, procederei de igual modo.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Joaquim Miranda, pedia ao Sr. Deputado Sousa Marques que procedesse à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, cuja aprovação é urgente.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Comissão de Regimento e Mandatos

Relatório e Parecer

Em reunião realizada no dia 22 de Maio de 1981, pedas 9 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados, solicitada pelo Partido Socialista:

Fernando Manuel dos Santos Gomes (círculo eleitoral do Porto) por Beatriz Magalhães de Almeida (esta substituição é pedida por mais dez dias, a contar de 25 do corrente).

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido Partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados todos os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, José Manuel Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Mário Marques Ferreira Maduro (PSD) — Nicollau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Armando dos Santos Lopes (PS) —

Alfredo Pinto da Silva (PS) — Maria José Paulo Sampaio (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Fernando de Almeida Sóusa Marques (PCP) — António Cardoso Moniz (PPM) — Manoel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

O Sr. Presidente: — Há alguma objecção?

Pausa.

Considera-se aprovado nos termos expressos no relatório, isto é, com a abstenção da UDP.

Informo os Srs. Deputados de que há momentos, precisamente às 12 horas, os partidos que integram a Frente Republicana e Socialista apresentaram na Mesa um projecto de lei de revisão constitucional, que foi admitido e, portanto, seguirá os demais trâmites.

Também o Partido da Ação Social-Democrata Independente apresentou um ofício informando que, em consequência deste projecto comum da Frente Republicana e Socialista, retira o projecto de lei de revisão constitucional que tinha apresentado em 23 de Abril último.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por mais estranho que pareça, a Assembleia da República debate hoje, mais uma vez, as Torres do Tejo — as «Torres do Tejo» da política económica do PPM. Aparecem, é certo, sob a roupação do projecto de lei n.º 198/II, mas a raiz, a postura e as implicações desta posição do PPM são similares à aqui constatada há dias quando debatemos as Torres do Tejo de cimento e aço.

Isto demonstra-se facilmente: O PPM (se não mudar de posição até ao fim do debate) pretende que a Assembleia da República decrete o altissomante princípio que poderíamos resumir assim: «Será precedida de leis sobre concorrência a entrega de sectores fundamentais da economia ao grande capital.»

Podia ser um voto pio dito nas «Cartas ao Director» de um jornal em Ribeira de Pêna. Mas não é. É um projecto de lei de um partido da AD. Mais ainda: da «consciência da AD», que o PPM afirma ser.

Ora isto quer dizer, Srs. Deputados, que em matéria de destruição do sector público, o PPM conhece os objectivos da AD, que integra, reconhece as consequências desastrosas da sua concretização, mas não ataca as causas, naturalmente. Prefere ficar pela salvaguarda das aparências, afirmando-se combatente contra os inevitáveis resultados daquilo mesmo que apoia. Resultados que são a razão de ser dos objectivos da AD. Em matéria de consciência, não está nada mal!

Talvez por isso o PPM tenta fazer crer que não entende o que, afinal, é tão evidente.

O PPM parte do seguinte princípio: seria indiscutível a liberalização dos sectores económicos não nacionalizados, pelo menos no projecto inicial era assim.

E isto quer dizer, concretamente, que parte do princípio de que à EPAC, à AGA, à CRCB, à Ford, ao matadouro de Beja, deve deixar de ser atribuído

o papel relevante, em termos de coordenação económica, que lhes cabe, e que, de forma mais ou menos eficaz, têm desempenhado ou poderão vir a desempenhar.

O PPM esquece-se desta coisa simples: a Constituição e o seu artigo 110.º vincula o Estado a promover o controle das operações do comércio externo, designadamente através da criação de empresas públicas.

A destruição das empresas públicas existentes representa a directa afronta deste imperativo constitucional e, a concretizar-se, revestiria graves consequências.

O PPM tem plena consciência disto. O PPM assinou e certamente leu o artigo do projecto da revisão constitucional da AD que propõe a eliminação da disposição constitucional que comete ao Estado o controle das operações de comércio externo.

O projecto de lei n.º 198/II afigura-se, assim, uma tentativa ilegitima de antecipar a concretização de propósitos anticonstitucionais (de revisão anticonstitucional) da Constituição; só que também neste campo é a Constituição que tem razão e não o PPM, e não a AD.

As teses inconstitucionais do PPM não resistem a uma apreciação séria e merece firme oposição.

Em primeiro lugar, pelo papel fundamental que tais sectores e tais empresas podem e devem desempenhar na vida económica nacional. A opção constitucional salvaguarda os interesses da nossa economia.

Em segundo lugar, porque o invocado argumento da entrada na CEE, que supostamente exigiria o desmantelamento dos mecanismos de intervenção estatais, não colhe! E não colhe até pelo que se conhece sobre tal adesão e sobre as dificuldades e prazos de tal transição que hoje vai sendo trazido ao conhecimento público. E não colhe ainda porque o Tratado de Roma não proíbe a existência de organismos públicos de coordenação económica e eles existem efectivamente nos países da CEE. Veja-se o caso britânico em relação ao leite.

Mas não colhe sobretudo porque são bem conhecidas as razões primeiras que estão na base da pretendida «liberalização» e as suas consequências. No horizonte desta operação não está liberalização nenhuma. O que a AD quer e proclama é a entrega desses sectores, e do património de empresas públicas nas mãos dos grandes armazenistas e importadores, dos grandes industriais, dos grandes agrários ou mesmo de algumas multinacionais.

E enquanto o PPM diz não ao que chama de «monopólios de Estado», o Governo que apoia prepara a substituição de empresas públicas com um importante papel no campo da coordenação económica, particularmente comercial por, esses sim, monopólios ou oligopólios.

Não se trata de uma simples conjectura ou processo de intenção. Na verdade, esboçam-se já exemplos. O que se anuncia para a EPAC é bem confirmativo do que vimos afirmando. Como elucidativa é a proposta de alteração no artigo 1.º do projecto, que garante já o desmantelamento da EPAC sem mais. E será interessante conhecer melhor a posição da «consciência da AD» quanto à liberalização do sector cerealífero.

É ou não incontestável que essa liberalização representa, em primeiro lugar, a satisfação das exigências dos grandes industriais moageiros?

Como é conhecido, logo após as eleições de Outubro passado estes lançaram-se na realização de uma reunião em que participaram membros do Governo e cuja exigência fundamental consistiu, precisamente, no desmantelamento da EPAC.

E convém sublinhar que quem quer tal desmantelamento da EPAC não são todos os moageiros, mas tão-só os grandes industriais do sector. E estes grandes industriais não aparecem isolados neste processo, mas sim, e como ninguém pode fingir desconhecer, ligados já a duas ou três grandes multinacionais do sector.

Multinacionais que, todos sabemos, aí estão já com os seus escritórios abertos e com ligações àqueles logo firmadas. São os casos da Dreyfus e da Nabisco, como de tantas outras que todos os Srs. Deputados conhecem e também o Sr. Deputado Cabrita Neto, pelo que referiu, demonstra conhecer. E é a submissão a estas dos mecanismos de formação de preços e do escoamento da produção nacional, da importação e do abastecimento que se quer ver satisfeita.

Intenções contra as quais se levantam os agricultores e os pequenos industriais de moagem, os trabalhadores da EPAC e o nosso povo em geral, porque todos eles se apercebem dos riscos que correm e dos perigos que advinham na concretização daquelas.

É isto que é preciso ter presente quando se debate o projecto de lei n.º 198/II, do PPM, da AD.

Porque com a política que esse projecto pressupõe, os agricultores deixariam de ver garantido o escoamento da sua produção a preços previamente fixados, correndo mesmo o risco de a ver substituída por cereais importados.

E os trabalhadores da EPAC não ignoraram os riscos que correm os seus postos de trabalho. E daí a luta que vêm desenvolvendo. E, evidentemente, o nosso povo sabe que os preços de muitos produtos alimentares subiriam ainda mais.

Outro tanto se poderá dizer da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB) com a projectada entrega da importação de pescado aos grandes comerciantes do sector; ou da FORE, em Évora, com a tentativa de entrega aos grandes agrários, à CAP, e às suas estruturas, do sector das oleaginosas; ou ainda do matadouro de Beja, cujo funcionamento a AD quer ver igualmente nas mãos da CAP, que assim controlaria naquela zona o sector pecuário.

Em conclusão: a AD, o PSD, o CDS, o PPM, querem pôr nas mãos do grande capital, nacional e estrangeiro, as rédeas que controlam os circuitos de comercialização e formação de preços.

E o projecto do PPM toma como adquirido e eleva a lei tal objectivo. E envolve isto numa argumentação que releva de ingenuidade ou então de má fé.

Senão, vejamos: Diz o PPM que «(...) é necessário que à desejada liberalização dos sectores não venham corresponder tentativas de monopolização».

Dir-se-ia que o PPM julga assim possível que, desmantelando a EPAC e outras empresas públicas, teríamos em sua substituição não as multinacionais já aqui instaladas, mas — imagine-se! — a concorrência,

como nos distantes tempos das monarquias oitocentistas.

Custa-nos crer, sinceramente, em tal ingenuidade. Ou então o PPM não acredita em tal e, então, é a má fé que se vê inst. tucionalizada neste projecto de lei. Porque o PPM sabe que situações monopolistas, o capital privado, iria substituir as empresas públicas e dominar a economia, mas mesmo assim, e para enganar incautos, vai lançando a confusão, falando, para o efeito, em legislação reguladora e sem que refira o alcance da mesma.

Ou querendo mesmo fazer acreditar que da parte da AD ou do PPM sairia uma tal legislação que impediria o aparecimento das tais multinacionais, por exemplo quando elas já aqui se instalaram como consequência da abertura e dos compromissos assumidos pela AD e pelo seu Governo.

Remete o PPM tal legislação para a CEE e para as normas aí elaboradas!

Mas não é claro que é aí, precisamente, que se afirma o poder dos monopólios na vida económica? E a admitir que o projecto limitasse o que quer que fosse; a admitir que o projecto impedissey a construção das Torres do Tejo, do comércio dos cereais, do pescado ou do açúcar; antes da definição do respectivo «plano de salvaguarda», colocar-se-ia sempre esta questão: não acabaria o PPM por retirá-lo, por deixá-lo cair, a um simples aceno das bancadas do CDS e/ou do PSD?

O Sr. António Moniz (PPM): — Isso é o que vocês queriam!

O Orador: — Afinal, o que significa o novo artigo 1.º, senão já a acção do CDS e do PSD e uma cedência do PPM perante os seus parceiros?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Expliquem lá essa!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este projecto, qualquer que seja a sua redacção, neste momento, não passa de uma manobra de diversão do PPM. Mais uma.

Parte do PPM mas integra-se na estratégia da AD.

Ontem a maioria governamental votou pela destruição das nacionalizações. Hoje pretende confirmar, de forma enviesada e inconstitucional, o desmantelamento das empresas públicas com papel fundamental no campo da coordenação económica.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Tanta asneira!

O Orador: — Por isso votaremos contra o projecto de lei n.º 198/II e nos oporemos claramente a tudo que lhe está subjacente.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para um intervenção, o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque nos parece que o projecto de lei apresentado pelo PPM não merece nem justifica que sobre ele nos atordemos demasiado, muito rapidamente quero apenas dizer que votaremos contra.

E votaremos contra porquê? Primeiro, porque o projecto, já na sua versão inicial, não dava qualquer

especie de garantias. Este projecto destinava-se a sossegar a boa consciência que o PPM pretende reivindicar para si próprio e que, pelos vistos, se sossega com pouco. Aliás, este alibi cai pela base quando se toma conhecimento do projecto de emenda ao artigo 1.º que deu entrada no decurso deste debate. Interrogava-se há pouco o deputado das bancadas do Partido Comunista se o PPM, muito em breve, não daria mais uma vez o dito por não dito. Eu permitia-me chamar a atenção do Sr. Deputado do Partido Comunista para este facto: é que já deu.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Mas pode ser que ainda volte a dar outra vez!

O Orador: — O Sr. Deputado do PPM que introduziu o projecto disse, na sua intervenção, após invocar os riscos da liberalização dos sectores hoje detidos em exclusivo pelo Estado, que era necessário proceder ao estabelecimento de normas reguladoras da concorrência antes de se proceder a qualquer liberalização. E isto parecia tão importante que o Sr. Deputado — e tenho aqui uma fotocópia da sua intervenção — até teve o cuidado de sublinhar a expressão «antes de proceder a qualquer liberalização».

Parece que, afinal, pelo menos, há uma liberalização que já não carece de que se estabeleçam previamente essas normas de concorrência, nomeadamente a do comércio dos cereais e, concretamente, a da EPAC, que se exceptua no projecto de alteração apresentado. E quanto a este aspecto, eu seria levado a interrogar a bancada do PPM para saber quem é que desta vez lhes terá dado as garantias que costumam ser o pretexto para que, como disse há pouco, se dê o dito por não dito.

Quem terá dado essas garantias? Terá sido o Governo? Terá sido a Intergrain? Terão sido as multinacionais? Terá sido a Associação de Defesa dos Moinhos de Vento? Isto porque penso que seguramente não terá sido desta vez o engenheiro Nuno Abecasis, já que tenho razões para pensar que a Câmara Municipal de Lisboa não pretende ainda interferir no comércio do trigo e, não está nos seus projectos transformar o Mosteiro dos Jerónimos num silo para recolha de cereais.

Quem terá dado, de facto, estas garantias? De qualquer modo, e para terminar, Srs. Deputados, é claro, é evidente, é transparente que, uma vez mais, o PPM procura sossegar a sua boa consciência. Sossegue-a da forma que quiser, como quiser com quem quiser, mas não a sossega é com o nosso aval. Por isso votamos contra o.

Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Srs. Presidente, Srs. Deputados: O presente projecto de lei apresentado pelo PPM está obviamente ligado à amostra necessária para tentar encobrir todas as consequências do projecto de lei aprovado aqui ontém e todas as consequências do sector empresarial do Estado.

O PPM, apoiado nas suas demonstrações de defesa da ecologia e do bem-estar do povo, serve assim os projectos da AD de uma forma que ela própria, sem

o PPM, não conseguiria fazer. Isto é, o PPM dá o tom de respeito por interesses nacionais e populares que a política da AD não tem em si mesma. E dá o tom de, uma forma que, no nosso entender, não é verdadeira e assenta — como já aqui foi dito — se não na má fé, pelo menos num idealismo que nada tem a ver com o funcionamento da sociedade e da economia. Uma das bases da argumentação da AD que lhe permite toda a ofensiva contra as nacionalizações e contra o sector empresarial do Estado é a de que o Estado tem um peso enorme; o Estado não pode comandar a economia, que a economia tem de ser dos produtores, das empresas, em suma, que a economia tem de ser liberalizada.

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados da AD para o facto de que não é esse o vosso problema. Porque, quando o Estado tinha efectivamente um peso enorme, era um Estado totalitário e concentracionário, os empresários, os grandes monopolistas e os capitalistas não abandonaram o País, não foram para o Brasil nem «exportaram» milhões de contos para os bancos estrangeiros. Foi exactamente depois do 25 de Abril, quando o Estado entrou em desagregação e as forças populares impunham, pela sua movimentação e pela sua luta, a sua vontade, quando o Estado não tinha capacidade repressiva e estava efectivamente a desmantelar-se, que aqueles que tanto temem o peso e a força do Estado desapareceram deste país e sabotaram a economia, abandonando as empresas a iniciativa e a vontade dos trabalhadores.

Portanto, os senhores da AD não temem o peso do Estado. O que os senhores da AD têm em efectivamente é que o Estado não seja suficientemente forte para apoiar as exigências do grande capital e dos monopolios, e foi isso que ficou demonstrado quando a seguir ao 25 de Abril, no processo revolucionário, os grandes capitalistas e monopolistas abandonaram o País e mandaram milhões de contos para o estrangeiro. É esta realmente a questão a que os senhores querem fugir. O que se passa hoje é que já criaram no Estado força suficiente na contenção do movimento popular, na contenção das reivindicações dos trabalhadores, no reforço da repressão sobre o povo e, portanto, já têm no Estado as condições suficientes para de novo darem larga aos grandes capitalistas e monopolistas.

Quanto à argumentação do Sr. Deputado Portugal da Silveira, de que a oposição tem, afinal, tanta confiança no Estado, que ele próprio não tem, o que seria um bocado paradoxal — isso foi dito também pelo Sr. Deputado Cabrita Neto —, quero dizer-lhe que, felizmente, ainda restam do 25 de Abril instituições que garantem minimamente um controlo dos poderes do Estado e do Governo. E é precisamente isso que os grandes capitalistas não querem. Porque, sendo mais fácil às forças democráticas e às instituições controlar o Governo, então o que é preciso é pôr toda a base estrutural da economia nas mãos dos grandes monopolistas e dos grandes capitalistas. Esta é quem é a questão.

E não se diga que vamos entrar para a CEE sem monopolios, porque isso é um paradoxo e é contra as nossas próprias intenções. Porque, sabendo nós que a CEE é o mundo dos monopolios e o mundo da concentração do capital, como é que os senhores querem

competir com a força poderosa desses monopólios se aqui mesmo não forem outros monopólios a concorrer? É a pequena empresa, é a pequena propriedade agrícola que vai concorrer com os monopólios? Não, e os senhores sabem-no muito bem. São outros monopólios que se vão formar e são os senhores que estão a lançar os fundamentos da sua formação. Aliás, só assim se comprehende, porque também não lhes quero chamar estúpidos, que admitam a integração na CEE.

Mas também já aqui foi dito ontem pelo Sr. Deputado Sausa Tavares — e isso também mostra que não são estúpidos e que sabem quais são as leis de funcionamento da economia — que vão à falência milhares de empresas, mas que isso faz parte das necessidades da economia. Pois claro! E essas empresas vão falir porquê? Vão falir exactamente porque a liberalização hoje é uma aberração e porque dessa liberalização vão surgir, como já estão a surgir, os grandes monopólios. E por isso que vão falir tantas empresas.

Srs. Deputados, toda a vossa argumentação cai efectivamente pela base. Aliás, também sabem que uma das características fundamentais dos monopólios não é apenas o seu tamanho, não é apenas o grande número de trabalhadores nem é apenas o cobrir de vários sectores da economia, mas sim serem eles próprios a determinar os preços da economia. E isso associado não só aos monopólios nacionais que os senhores estão a forjar e a criar, mas também ao domínio dos monopólios estrangeiros. Ora, isso mostra até que ponto vai a vossa defesa dos interesses nacionais, que não é nenhuma, que é efectivamente a de subordinar os interesses nacionais, e mesmo dos industriais, aos interesses estrangeiros, aos interesses dos monopólios da CEE. Contra isto não há argumentação, meus senhores.

Portanto, o projecto do PPM em relação à UDP, e parece que em relação à oposição em geral, não vai surtir efeito. Por isso mesmo a UDP vai votar contra sete projecto de lei, porque não vai dar cobertura a uma tentativa de mistificação das consequências gravosas para a economia nacional da política da AD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o último orador inscrito, por enquanto, é o Sr. Deputado António Campos, a quem vou em seguida dar a palavra.

Informo os Srs. Deputados de que neste momento temos quórum para funcionar, mas não temos quórum para deliberar. Por isso espero que cerca das 13 horas, quando a reunião deve acabar, haja na sala número suficiente de deputados para deliberar. É uma advertência que faço, para que os Srs. Deputados possam tomar, se assim o entederem, as devidas providências.

Já agora, se me dão licença, aproveito para informar que há momentos, eram 12 horas e 20 minutos, o MDP/CDE entregou na Mesa o seu projecto de lei de revisão constitucional, que foi admitido, mandado publicar e fica a aguardar os ulteriores trâmites.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A discussão vai longa e eu vou ser muito breve. No entanto, queria começar por me referir às intervenções do Sr. Deputado Cabrita Neto e da Sr. Deputada Helena Roseta.

Falou-se aqui muito em corrupção em relação aos monopólios de Estado. Várias vezes aqui tenho denunciado a corrupção na máquina de Estado de que é responsável o governo da AD. Até hoje, porém, nem um único inquérito foi levantado a essas afirmações. Refiro-me, concretamente, à Direcção-Geral Regional do Algarve, relativamente à qual o Provedor de Justiça fez bastante força junto do governo da AD para que este abrisse um inquérito, mas sem resultado. Refiro-me aos créditos do MAP que o ano passado, com nomes e tudo, eu aqui trouxe e relativamente aos quais o governo da AD igualmente não levantou nenhum inquérito. Refiro-me à distribuição de terras que está a ser feita no Alentejo e à corrupção, conhecida de todos os deputados, que se passa nessa distribuição de terras. Refiro-me, por exemplo, à importação de gado e à convivência dos serviços do Ministério da Agricultura e Pescas na importação desse gado, convivência várias vezes denunciada pelos jornais, com nomes e tudo, mas que até hoje não foi alvo de qualquer inquérito.

A que vem, portanto, aqui e agora, o problema da corrupção, quando a AD não trata de colocar na ordem o seu próprio Governo, que assiste impávido e sereno a toda esta corrupção.

A segunda questão aqui debatida foi o problema da EPAC. Eu penso que de facto a maioria dos Srs. Deputados não conhece a EPAC.

A EPAC tem cinco actividades distintas: a actividade portuária, a actividade de recolha de sementes, a de calibragem e selecção de sementes, a de secagem de sementes e, por último a de importação.

Nós o que estamos hoje aqui a discutir, com base no diploma alterado à última hora pelo PPM, é a liberalização do mercado interno, dado que no próprio diploma do PPM se prevê que a liberalização da actividade económica passa pela liberalização das importações e terá de ser precedida de legislação da defesa da concorrência, mas salvaguardando logo o problema da liberalização do mercado interno.

Não me vou alongar sobre o problema da EPAC.

É conhecido que hoje há duas tentativas de monopólio: uma de origem nacional, onde estão metidos alguns senhores importantes da AD, como os grandes moageiros, outra a nível internacional, onde poderão estar outras pessoas. Mas é claro que a guerra é entre essas duas tentativas de monopólio. A guerra é tomar o partido de uma para defender o monopólio de uma parte contra a tentativa de monopólio da outra parte — e é o que estamos hoje aqui a discutir muito concretamente.

Ora nós votaremos contra o diploma do PPM, porque a liberalização do mercado interno de recolha de cereais traria, de facto, consequências bastante graves para os agricultores portugueses, pois sabemos que hoje a actividade produtora de cereais é uma actividade subsidiada pelo Estado. A não ser que a AD tenha já o projecto de retirar os subsídios aos produtores e os passe a dar aos moageiros! Isso não sabemos, porque, de facto, ainda c não disseram.

Mas o que é claro é que se liberalizarmos a recolha interna, nós vamos pôr os produtores sem subsídios e com a impossibilidade total de concorrerem com o mercado internacional. Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que a produção em Portugal, por hectare, é de 1200 kg enquanto nos países da CEE é de 4000kg por hectare. Seria a ruína total dos

produtor se de facto se fizesse a liberalização, o que implicaria perder o subsídio, a não ser que o subsídio — e a AD nada nos disse — passe a ser dado aos moageiros, para eles poderem ficar com parte do subsídio, em vez dos produtores

Por isso mesmo nós votaremos contra este diploma.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra, suponho que para fazer um protesto.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Efectivamente é para um protesto, Sr. Presidente, porque já fiquei esclarecido com o que ouvi dizer por parte da oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos aqui a assistir apenas da parte da oposição a uma séria tentativa de mistificação que diz respeito à EPAC, como pode dizer respeito a muitos outros sectores que os senhores sabem que legalmente podem ser liberalizados, pois não há nenhum impedimento constitucional, não há nenhuma lei que o impeça. O que os senhores querem, no fundo, é vir dizer que se criaram monopólios privados, é vir dizer que se construiram Torres do Tejo, é vir dizer que há ataques às liberdades, para depois dizerem que a AD ataca as liberdades, a AD constrói Torre, do Tejo, a AD cria monopólios privados. É isso o que os senhores querem. Os senhores não estão interessados em defender os interesses nacionais, os senhores não estão interessados em defender os interesses do povo português. A única coisa em que os senhores estão interessados é na chicana parlamentar, na demagogia, na oposição sectária. É por isso que os senhores perderam, e continuarão a perder as eleições, pois nada mais sabem fazer do que demagogia.

Aplausos do PPM, do PSD, e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para um contraprotesto, o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Pelos vistos, o rei não está sereno, tão despropositada foi a intervenção do Sr. Deputado Luís Coimbra.

Eu gostaria que o Sr. Deputado tivesse contra-argumentado com factos. Dizer que não estamos a defender os interesses nacionais, quando o PPM vem aqui com um projecto que é a ruína dos produtores de cereais em Portugal, é de facto despropositado. O Sr. Deputado não consegue provar o contrário do que afirma. Ou não será verdade que, liberalizando o mercado, o que o governo pretende e retirar os subsídios que hoje tem de dar aos produtores de cereais para os entregar aos moageiros? É isso que está em causa, porque os senhores no vosso diploma ainda não contemplam a liberalização da importação, mas apenas a liberalização do mercado interno na recolha.

Mas, Sr. Deputado, eu queria dizer-lhe que nós somos sinceramente favoráveis à transformação e reestruturação de toda a EPAC. A EPAC — é um facto — tem muitas deficiências e o respectivo sistema de recolha não funciona bem. Daí que sejamos favoráveis à regionalização e ao movimento cooperativo e não à defesa dos interesses dos grandes comerciantes, dos grandes moageiros nacionais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, após o protesto do Sr. Deputado Luís Coimbra, o Sr. Deputado António Campos, que já contraprotestou, e seguidamente os Srs. Deputados Rogério Brito, Lopes Cardoso, Mário Tomé, Veiga de Oliveira e Magalhães Mota. Estes Srs. Deputados podem usar da palavra para intervenções, pois ainda estamos no debate na generalidade, podem usar da palavra para exercerem o direito de defesa, não podem é usar da palavra para protestarem ou pedirem esclarecimentos.

Sr. Deputado Rogério Brito, pode portanto usar da palavra, atendendo-se, como espero, ao que dispõe o Regimento.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, é uma pequenissima intervenção para pôr duas questões.

O Sr. Presidente: — Como V. Ex.^a sabe, pode fazer duas intervenções no debate na generalidade. Por enquanto apenas fez uma.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — A forma como o Sr. Deputado Luís Coimbra pôs aqui a posição dos diversos grupos parlamentares nesta discussão, apelidando-a de chicana parlamentar, obriga-me, o que lamento, a devolver-lhe uma tal perspectiva do problema, porque efectivamente só a chicana e a demagogia é que podem pretender escamotear os problemas concretos que se colocam em relação à questão da liberalização que estamos a debater. Tanto assim que ainda há pouco, quando eu coloquei a questão dos agricultores, o Sr. Deputado Carvalho Cardoso veio, com o argumento estafado, a que se recorre sempre que se colocam questões difíceis: está para sair, no próximo ano já isso estará em vigor. A habilidade da resposta não esconde a sua fragilidade. E que qualquer coisa está sempre a ser feita. A este respeito gostaria de dizer o seguinte: em qualquer país minimamente desenvolvido na agricultura todos os anos os agricultores beneficiam de melhoramentos genéticos, de novos culturais introduzidos no mercado. Em Portugal trabalha-se com os mesmos culturais há cinco, seis ou sete anos. O que está para vir, veremos. Para já é esta a realidade concreta que temos. E se alguma investigação existe, não existe experimentação alargada, divulgada.

A segunda questão que gostaria de pôr diz respeito à forma como efectivamente se protegem os interesses dos agricultores ou eventualmente se impede a implantação das grandes multinacionais e uma consequente formação de monopólios nesta área. Eu gostaria de perguntar se é ou não verdade que o Governo se prepara para distribuir quotas de importação aos comerciantes internos, proporcionais às aquisições da semente interna. E, se assim é, o que é que verificamos? Verificamos que quem vai puxar para as suas mãos o grosso das importações são os grandes grupos económicos que têm poder de compra no mercado interno — o resto é conversa. É isto que vai acontecer. E eu pergunto se os senhores podem desmentir que é isto mesmo que está preparado.

Julgo que para já é quanto basta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como anunciei há pouco, há mais colegas inscritos e, como sabem, a reunião de hoje deve terminar às 13 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, a quem eu pedia a maior brevidade.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É muito fácil — e cada vez isto começa a surgir como último argumento, quando não há outros — vir acusar a oposição de fazer chicana. Mas eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Luís Coimbra quem é que, ao fim e ao cabo, faz chicana e quem é que de facto tenta esvaziar de conteúdo os debates e as questões fundamentais. Não será o PPM, quando traz aqui um projecto vazio de conteúdo e quando não o justifica? É que o PPM não nos explicou em que medida o seu projecto poderia constituir um travão aos malefícios da tal liberalização nem tão-pouco nos explicou porque é que exceptua a EPAC, por que razão é que, em vez de remeter para as calendadas a discussão fundamental que é o problema da regulamentação da concorrência, avança com este projecto, porque é que não diligencia no sentido de ser discutido e votado o projecto já existente sobre o regime da concorrência.

O PPM, de facto, não nos explicou porque é que, mantendo o seu projecto, exceptua a EPAC. Será que há outros sectores, para além do dos cereais, em riscos de serem liberalizados e que justifiquem esta decisão apressada do PPM antecendendo a regulamentação da concorrência? Se existem, quais são? Eu não o classificaria como chicana, mas o que diria é que, de facto, este projecto não dignifica, pelo seu vazio, esta Assembleia.

O Sr. Deputado Portugal da Silveira disse há pouco que a oposição parecia ter uma confiança ilimitada no Governo, confiança que o próprio PPM não tinha. Não me venham acusar, quando digo isto — como fizeram ontem —, de estar mais uma vez a querer partir a AD. Se a AD se partir, devo dizer-lhes que nem eu nem o meu partido estamos interessados nos cacos.

Risos do PSD.

Agora o que eu digo é que concretamente, quem parece ter uma confiança ilimitada no Governo é o PPM, quando, sem explicar porquê, sem o justificar, vem exceptuar do âmbito deste projecto o comércio de trigo e, nomeadamente, o problema da EPAC.

São todas estas questões, Srs. Deputados do PPM, que ficaram por responder. Foram todas estas questões que os senhores se recusaram a debater. Depois disso, vir falar em chicana é, como digo, o argumento último frequentemente utilizado por aqueles que não têm qualquer outra espécie de argumentos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para lamentar a intervenção do Sr. Deputado Luís Coimbra, porque nem deu resposta às questões concretas que foram aqui postas, desde a liberalização dos preços dos cereais, a permanência de multinacionais no nosso país, como a Dreyfus S.A., a Nabisco e a Continental, que já têm serviços montados e acordos concluídos com empresas portuguesas, a questão de saber a razão da exclusão da EPAC do âmbito do projecto de lei até ao facto de

não ter havido qualquer resposta à minha argumentação acerca da impossibilidade de impedir a formação de monopólios, acerca da não vontade da AD e do PPM de impedir esses monopólios e, mais do que isso, acerca da necessidade que tem a verdadeira base de apoio da AD de criar monopólios no nosso país.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No início desta sessão ficámos com alguma perplexidade, esperando ouvir esclarecimentos da parte dos autores do projecto de lei em causa que nos permitissem sair dessa perplexidade. Mas a verdade é que esses esclarecimentos não vieram e, ao contrário, o projecto de lei foi substituído por uma segunda versão que aumenta ainda mais a perplexidade, sem que nada tenha sido explicado.

O Sr. Deputado Luís Coimbra teve há pouco um momento de explosão, não se conteve — e é bom que se contenha, porque estamos na Assembleia da República — e irritou-se com a suposta chicana dos partidos da oposição. Ora o Sr. Deputado deverá meditar um pouco mais sobre aquilo que é o seu projecto de lei, se acaso o não conhece ou o assinou ingenuamente. Isto porque nele se verifica, no artigo 1.º, que o PPM propõe consagrar como constitucional aquilo que o não é. O artigo 110.º da Constituição diz:

Para desenvolver e diversificar as relações comerciais externas e salvaguardar a independência nacional, incumbe ao Estado:

- a) Promover o controle das operações de comércio externo, nomeadamente criando empresas públicas ou outros tipos de empresas;
- b)

Ora o Sr. Deputado não poderá fazer uma revisão constitucional antes da própria revisão constitucional a pretexto da salvaguarda não sei de que projecto de lei que vai permitir ou regular a concorrência. Isto é, o artigo 1.º do projecto de lei apresentado pelo PPM é pura e simplesmente aquilo que em linguagem futebolística — que o Sr. Deputado conhece muito bem — se chama um *dribbling*.

O artigo 2.º é ainda mais espantosamente rebuscado porque, lendo-o agora, diz o seguinte: «Exceptua-se do disposto no número anterior (...)». E o número anterior, supostamente, declara que vão desmantelar todas as empresas públicas de comércio externo, mas não o farão sem primeiro cuidarem das regras de concorrência que virão a presidir à concorrência entre oligopólios ou mesmo entre monopólios que se vão estabelecer nesse sector de comércio externo. Mas o artigo 2.º exceptua disto o quê? A aquisição directa de trigo nacional. A aquisição directa de trigo estrangeiro terá de esperar pelas regras de concorrência. Ora, todos nós sabemos que é a aquisição directa de trigo estrangeiro que envolve os tais valores muito grandes em que a corrupção é possível. E ficamos a saber, portanto, que tudo o que faz o artigo 2.º é reservar para certa data, que só depende de quem faça o decreto-lei de regulamentação da concorrência, o permitir que seja desmantelada a EPAC em relação às compras ao exterior.

— Quem quiser que perceba o que está neste projecto de lei. Mas, certamente, teremos de reconhecer que da parte dos Srs. Deputados do PPM não foi dada qualquer explicação e nem sabemos se o Sr. Deputado que começou por apresentar o projecto apresentou a primeira ou a segunda versão. De facto, essa intervenção foi pouco menos que confusa e não permitiu esclarecer nada.

Estamos, pois, confrontados, não com um problema de chicana parlamentar, mas talvez com um problema de abuso do Parlamento para fins que nada têm a ver com ele. Isto porque o projecto de lei em debate servirá para tudo, mas certamente não serve para um só dos objectivos aparentes que aqui estão.

Sr. Deputado, há muitos monopólios, há até o monopólio de conceder monopólios. Há pouco falou-se muito disto e todos nós tínhamos presente que seria importante, para que a Câmara pudesse decidir-se em toda a consciência, que o PPM nos esclarecesse quanto ao que realmente quer obter com este projecto de lei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando há pouco vi o Sr. Deputado Luís Coimbra levantar-se para intervir admiti que, porque tivesse falado com alguém, fosse para mudar o sentido do seu voto ou até o sentido do seu projecto de lei. Mas não. Pelos vistos, não foi recebido e dai a sua irritação.

O projecto de lei em causa, apenas com dois artigos, contém ênormidades das quais irei falar.

Quando no artigo 1.º se fala da liberalização dos sectores económicos não nacionalizados actualmente integrados em exclusivo na esfera de acção das empresas públicas está-se a exemplar, exclusivamente, dois sectores: o sector dos cereais e o sector do açúcar e do álcool. Todos os outros estão excluídos porque não são empresas públicas, mantendo ainda um regime transitório dos antigos organismos de coordenação económica.

Quando há pouco se falou no comércio do bacalhau, na Junta Nacional das Frutas, na Junta Nacional do Vinho ou no IAPPO, estava a fazer-se uma confusão em relação ao sentido exacto do primeiro artigo apresentado pelo PPM. Por isso se comprehende que o PPM, ao apresentar uma proposta de substituição, alargue os objectivos do seu projecto de lei e fale agora não só nas empresas públicas como nas actividades económicas não incluídas nos sectores básicos de economia definidos por lei. Isto é, há uma correção na segunda parte da proposta que precisamente pretende obviar aos inconvenientes que a primeira tinha. Mas, como seria fartura demasiada, logo se tira com uma mão o que com a outra se tinha dado, e o n.º 2 desse artigo volta a clarificar a situação. E agora já é ao contrário: a liberalização da aquisição directa do trigo nacional não precisa de leis de defesa da concorrência;

Ou seja, o PPM sempre cumpriu aquilo que costuma fazer: tinha apresentado um projecto de lei com dois artigos para serem discutidos e traz-nos agora, sob a forma de alteração, um projecto inteiramente

novo que, por um lado, é mais amplo e, por outro, mais restritivo do que aquele que primeiro tinha apresentado. Mas o segundo é tão mau como o primeiro; porque tem todos os defeitos do primeiro e mais um, que é o seguinte: a única situação concreta que neste momento se pressupõe no horizonte não é contemplada pelo projecto do PPM.

Este projecto de lei não resolve nada; ele atrasa toda a legislação em termos de concorrência, a qual poderá ser brevemente trazida a esta Assembleia quando quiserem. E o Governo, que costuma fazer tantas propostas de lei com urgência e prioridade, as quais vêm ultrapassar projectos às vezes com três anos de existência nesta Câmara; se estivesse realmente interessado na defesa da concorrência poderia usar do mesmo processo, mas nem isso acontece.

Este projecto de lei só vem, pois, atrasar uma verdadeira defesa da concorrência, este projecto é apenas um disfarce que, como tal, nós denunciamos e contra o qual votaremos.

Vozes da ASDI e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamo quase a atingir as 13 horas e eu sugeria se estivéssemos de acordo, que o debate prosseguisse até às 13 horas e 30 minutos, procedendo-se nessa altura à votação, no caso de haver quórum. Não quer isto dizer que o debate não possa acabar antes dessa hora.

É que, entretanto, increveram-se os Srs. Deputados António Moniz, Portugal da Silva e Veiga de Oliveira, suponho que para pedirem esclarecimentos, e o Sr. Deputado Luís Coimbra, para uma intervenção.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, eu estou inscrito, não para pedir esclarecimentos, mas para uma intervenção.

O Sr. Presidente: — E o Sr. Deputado António Moniz?

O Sr. António Moniz (PPM): — Também prescindo da palavra.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Vou pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Magalhães Mota, que conheceu bem este sector.

— Está ou não nas provisões — se é que o sabe — que as quotas de importação serão distribuídas de acordo com as quotas que cada um tenha na compra de trigo no mercado nacional? E poderá ou não ser esta uma forma de, à partida, estabelecer quem vai de facto ter o direito de importar, começando por liberalizar só o direito de comprar no mercado nacional?

Faço-lhe esta pergunta porque o Sr. Deputado Magalhães Mota foi ministro destes assuntos, pelo que talvez me saiba esclarecer acimime à Câmara.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — É evidente que que não poderei responder ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira dizendo-lhe quais são as intenções do Governo.

No campo das possibilidades direi que, se efectivamente existir uma ligação directa entre as aquisições de trigo nacional e a possibilidade de funcionar no mercado mediante importações ou exportações ou até a própria transformação dos cereais, recolha de sementes, etc — portanto todo o comércio ligado com os cereais —, pode haver aqui uma porta aberta pelo facto de com esta liberalização se introduzirem essas regras de mercado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira para uma intervenção.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foram pedidos muitos esclarecimentos, pelo que parece não ter havido um perfeito entendimento ao menos das nossas intenções ao apresentar-mos este projecto de lei.

Parece-me que o projecto é muito claro e muito linear — contém meia dúzia de linhas —, todos estão dentro do assunto, ao menos no que se refere à questão, aqui particularizada, dos cereais.

Pois bem, a nossa intenção é esta: em primeiro lugar — todos conhecem as nossas posições —, nós somos contra toda a espécie de monopólios, que sejam do Estado, quer sejam privados, quer assumam a forma de oligopólios. E então, para prevenir, por um lado, para retirar este monopólio que o Estado detém já dos tempos negregados, como a oposição diz — e muitos de nós também dizemos —, da longa noite do fascismo, para isso deve liberalizar-se o comércio, mas é indispensável também que, em contrapartida, não se criem condições para que numa liberalização selvagem possam vir a existir outros monopólios ou oligopólios.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É isto que nós dizemos: liberalizar, sim, mas estabelecendo regras que impeçam a criação desses oligopólios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sucede, porém — e nós sabemos que o nosso mercado de cereais se encontra espartilhado por cinquenta anos de impedimento de livre concorrência no sector —, que, dada a perspectiva de entrada de Portugal no Mercado Comum, que é um mercado livre sujeito também a leis apertadas de concorrência, se entrássemos sem este treino, sem esta prática de comercializar livremente, isso daria origem, por um lado, à implantação no nosso país desses oligopólios que, além de aqui se implantarem, entrariam por esta porta, também, no Mercado Comum, e, por outro lado, seria a destruição dos nossos mecanismos.

O n.^o 2 do antigo 1.^o resultante da nossa alteração é exactamente isso que propõe, ou seja, criar condições de treino de livre concorrência ao mercado nacional,

sabendo nós, como sabemos — e o Sr. Deputado Veiga de Oliveira muito bem o exprimiu — que não é o trigo nacional o grande apetite dos grandes interesses. É exactamente neste sector que podemos vir a ganhar no mercado nacional treino dos mecanismos próprios de uma concorrência livre, sujeita ainda a leis regulamentadoras. É esta a intenção que me parece muito clara e muito linear do nosso projecto de lei. De facto é isto que pretendemos, ou seja, criar condições de defesa à produção e à indústria que permitem ao País entrar no mercado mundial sofrendo o mínimo de impacte, o mínimo de situações desagradáveis ou de desinteresses para nós.

É isso que, penso eu, está muito claramente expresso no nosso projecto. E se não o está, pois muito bem, nós próprios já subscrevemos um pedido de baixa à Comissão para discussão na especialidade, onde teremos todo o gosto em melhorar aquilo que talvez esteja mal expresso.

Aplausos do PPM e do PSD.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra aos deputados que estão inscritos para solicitarem esclarecimentos ao orador que acabou de intervir, informo que o Sr. Presidente da Assembleia da República me pediu para convocar uma reunião da Conferência de Líderes dos Grupos Parlamentares para esta tarde, às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É claro que o Sr. Presidente da Assembleia tem o poder de convocar essa reunião para a hora que entender mais agradável que V. Ex.^a sugerisse ao Sr. Presidente, através do telefone, que esa reunião se efectuasse um pouco mais tarde. É que, terminando a sessão às 13 horas e 30 minutos e tendo nós de ir almoçar, não nos é humanamente possível estarmos às 15 horas e 30 minutos no gabinete do Sr. Presidente, a menos que abandonemos o debate que estamos a travar.

O Sr. Presidente: — Falarei com o Sr. Presidente e oportunamente esclareceréi de novo a Câmara.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Quando aqui se coloca a questão de comerciar livremente, perguntaria se estamos a ter em conta, em primeiro lugar, o estádio de desenvolvimento da nossa economia e, particularmente, no caso específico que temos estado a tratar, da nossa agricultura.

Perguntaria também se temos em conta o reduzidíssimo grau de auto-aprovisionamento dos nossos produtos alimentares.

Pergunto ainda se estas medidas contribuem para proteger o nosso desenvolvimento no sentido de elevar a nossa produção. Penso que efectivamente não contribuem.

Por outro lado, quanto ao facto de o PPM combater toda a espécie de monopólios, levantam-se duas dúvidas: a primeira é a de que, pretendendo o PPM

combater toda a espécie de monopólios — tendo já hoje o Sr. Deputado Portugal da Silveira dito que não confia tanto no Governo como a Oposição parece confiar —, porque é que o PPM permite que venha a ser o Governo a legislar em matéria de defesa da concorrência?

Em segundo lugar, as certezas do PPM em matéria de monopólios serão exactamente as mesmas que tiveram — e desculpem-me porque não há qualquer espírito satírico ou sádico ao pôr a questão — quando aqui votaram contra o projecto de lei de preservação da zona ribeirinha de Lisboa, ao afirmarem que as Torres do Tejo não iriam ser construídas, sob palavra do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa?

Vozes do PSD e do PPM: — E não vão!

O Orador: — Se as certezas são as mesmas, então direi que o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa acaba de dizer que as palavras do Sr. Deputado Luís Coimbra não são verdadeiras, que é mentira, pois ele não disse nada disso.

O PPM manobra numa área extremamente modesta e, aos poucos e poucos, compromete-se. Provavelmente, de acordo com a mesma posição do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, as Torres do Tejo são feitas e os monopólios são reconstituídos.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Continuo à espera da resposta que os autores do projecto de lei me não deram.

O raciocínio do Sr. Deputado Portugal da Silveira é muito simples: há que liberalizar o comércio, mas isso, no entanto, exige o estabelecimento de um certo número de regras, porque nós não podemos aceitar uma liberalização selvagem.

Não vou discutir os pressupostos — que são do Sr. Deputado e não meus. Mas o que lhe pergunto é porque razão o comércio do trigo está ao abrigo de todos esses riscos que fazem o PPM ser prudente, aparentemente, quanto à liberalização dos outros sectores da actividade económica.

Para os outros, não se mexe enquanto não houver regras de concorrência. Para o trigo lança-se toda a gente ao mar, quem não souber nadar aprende — caricaturando um pouco a sua expressão «é preciso que as pessoas aprendam» —, os que se salvarem salvam-se — serão os tubarões (nadam bem por natureza) — e os outros afogam-se.

É que ainda não foi dada a explicação sobre quais são as características específicas do mercado do trigo.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — A EPAC lá está para o defender.

O Orador: — Muito bem! Mas eu permito que me interrompa.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Está no projecto de lei que a EPAC se mantém dentro dos

circuitos e que será um elemento de defesa, neste período de transição, dos circuitos do trigo nacional

O Orador: — Verifico, e não me congratulo nem deixo de me congratular, que o Sr. Deputado Portugal da Silveira e o PPM têm uma particular simpatia e admiração pela EPAC e pela sua capacidade de intervenção no mercado. Porque se não fazia-lhe eu a pergunta: mas então porque e que nos outros sectores em que existem empresas públicas se não aplica o mesmo sistema? Lá estarão, tal como a EPAC, para impedir que a liberalização seja selvagem. Só o posso compreender por uma simpatia particular quanto à capacidade da EPAC.

Finalmente, o Sr. Deputado — e fico satisfeito com a minha insistência — deu-me uma explicação. Mas ela destrói-se por si mesma, porque era preciso que me explicasse porque é que as outras empresas públicas não podem executar, nos respectivos sectores, o mesmo papel moderador que, pelos vistos, o PPM descobriu à EPAC.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Candeia que vai à frente alumia duas vezes!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Portugal da Silveira, devo dizer-lhe que tenho de admirar a sua ingenuidade, porque, se de ingenuidade se não trata, nem posso dizer aquilo que penso, nesta Sala.

Portanto, como nem sequer posso pensar nisso, então tenho que admirar a sua ingenuidade.

Risos.

Mas vamos aos factos.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, o artigo 1.º é um artigo que tem a ver com a vossa filosofia de destruição de tudo aquilo que seja o poder contra os monopólios. E quanto a isso está claro: nós somos contra e os senhores são a favor. Veremos quem ganha. Esta é uma batalha que ainda vai durar muito tempo. Vamos deixar que o tempo corra e que a batalha prossiga.

Quanto ao artigo 2.º, aí é que a coisa refina, porque não se trata apenas de uma questão da filosofia. É uma questão de oportunidade, é uma questão de medida política, curtinha, miúda, onde estão envolvidos interesses colossais, que porventura nem o Sr. Deputado sonha quantos são.

Ora o Sr. Deputado, quando eu lhe peço explicações sobre isto, diz nada, diz que a sua intenção é boa, no que eu acredito plamente. Mas, Sr. Deputado, que eu acredite na sua intenção, muito bem, que eu admita que qualquer deputado — inclusive eu próprio — seja ingênuo, muito bem, mas um partido político, isso não. Um partido político não pode ser ingênuo, uma Assembleia política não pode ser ingênuas. A ingenuidade é própria dos homens e mulheres individualmente, mas não de associações humanas, como os partidos políticos. Era isto que eu achava exigível que o PPM explicasse, não o Sr. Deputado Portugal da Silveira, cuja honestidade não ponho

em causa. O PPM, que não pode ser ingênuo, deveria explicar o que é que de facto pretende com o artigo 2.º

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Deputado Portugal da Silveira, eu sempre ouvi dizer que de boas intenções está o Inferno cheio e o Sr. Deputado veio aqui dizer-nos: bem, vamos liberalizar o mercado interno para treinarmos os comerciantes.

Trata-se como que de um estágio.

Risos do PS.

Mas disse-nos mais: o apetite aqui não é elevado, a lauta jantarada é de facto a importação.

Ora, Sr. Deputado, todos nós sabemos que uma coisa está ligada à outra.

Eu já há pouco disse que gostaria que VV. Ex.^{as} clarificassem uma situação: falam muito em monopólios internacionais, mas porque não falam no monopólio nacional que está organizado para tomar conta da recolha nacional? Porque é que o PPM vem aqui tomar posição por um dos monopólios? É porque isto é que está em causa. O Sr. Deputado sabe que neste momento há uma guerra entre duas ou três empresas grandes moageiras e fabricantes de rações e uma empresa internacional que está a querer entrar no mercado nacional. Ora os senhores com este projecto de lei vieram, à pressa, tomar posição por um dos lados, mas nós, como não estamos interessados em tomar posição nem por um nem por outro, dizemos ao Sr. Deputado que votaremos contra.

Eu gostaria ainda que o Sr. Deputado me explicasse como é que resolve o problema dos produtores. É que, treinar por treinar, porque não vamos treinar o movimento cooperativo na recolha dos cereais, eliminando assim os industriais e os intermediários? Parece-me que isso, sim, talvez valesse a pena treinar. Os comerciantes estão treinados por natureza e então os grandes «tubarões»..., que estão com apetite ao mercado nacional para conseguirem, como já aqui foi dito, através das quotas o monopólio do mercado internacional, esses não vão levar, com certeza, o voto favorável da oposição.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Coimbra pediu a palavra. Pode informar a Mesa das razões por que o fez?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, é que fui interpelado na intervenção feita pelo Sr. Deputado Rogério Brito e gostaria, sobre isso, de dizer qualquer coisa.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, concederei primeiro a palavra ao Sr. Deputado Portugal da Silveira para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, responderei rapidamente, até porque suponho que esclareci bem aquilo que pensamos. Parece-me que está tudo muito claro.

Vozes do PS e do PCP: — Tudo.

O Orador: — Quem quer entender, entende, quem não quer entender, não entende. Só acrescentarei um breve apontamento: é que de facto a EPAC — e isso também está expresso no articulado — mantém-se nos circuitos da comercialização do trigo nacional, porque, embora não se prevendo hipóteses de jogos muito complicados de interesses em matéria de comercialização do trigo nacional, mesmo assim até o trigo nacional nesta liberalização ainda está defendido, uma vez que a EPAC se matém no circuito, portanto o Estado tem sempre a possibilidade de intervir impedindo as grandes manobras de que parecem ter medo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Coimbra, V. Ex.^a ainda entende ser oportuno usar da palavra? E que não vejo bem a que título lha poderei conceder.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Agradeço-lhe a compreensão, Sr. Deputado.

Entretanto a Mesa está a conferir o quórum para ver se podemos proceder à votação do diploma em apreço.

Pausa.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, se me permite... É que há pouco, quando o devia ter feito, não me inscrevi por me ter apercebido de que o Sr. Deputado Luís Coimbra se ia dirigir a mim.

O Sr. Presidente: — Mas não o podia fazer, porque V. Ex.^a não tinha feito uma intervenção mas sim um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Portugal da Silveira. Portanto, o Sr. Deputado Luís Coimbra não podia fazer nem prestar a V. Ex.^a nenhum pedido de esclarecimento.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Certo, Sr. Presidente.

Nesse caso, peço-lhe a palavra para protestar em relação à intervenção do Sr. Deputado Portugal da Silveira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe a sua compreensão. É que já excedemos a hora regimental, e se V. Ex.^a protesta, depois há um contraprotesto. Conto com a sua compreensão, como, aliás, é habitual, e a de todos os Srs. Deputados.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Então prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, informo que temos quórum, pelo que vamos de imediato proceder à votação na generalidade do projecto de lei n.º 198/II — Liberalização dos sectores económicos não nacionalizados —, apresentado pelo PPM e que temos estado a discutir.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS e do PPM e votos contra do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carvalho Cardoso, pode informar a Mesa para que efeito pretende usar da palavra?

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — É para fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Como está acordado que a sessão terminará às 13 horas e 30 minutos, veremos se será possível proferir hoje as declarações de voto.

Entretanto, informo que a reunião dos representantes dos grupos parlamentares se realizará às 16 horas.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, nós não nos oporemos a essa reunião, mas talvez não valha à pena vir às 16 horas à reunião porque aquilo que se estipula nas reuniões dos representantes dos grupos parlamentares depois não se cumpre.

O que ficou estabelecido para este período — é o Sr. Deputado Oliveira Dias confirmará esta minha informação — foi que as declarações de voto podiam ser feitas por escrito, pois, de contrário, iríamos cair — mesmo só usando três a cinco minutos cada um — no gasto de muito mais tempo.

Deste modo, peço ao Sr. Presidente que averigue qual é a situação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Oliveira Dias, concedo-lhe a palavra, mas, por favor, não vamos eternizar esta discussão perdendo mais tempo.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, pedi a "palavra" apenas para explicar que nós tínhamos entendido o que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira disse, mas para os partidos que interviessem no debate e o meu partido não interveio no debate.

Por outro lado, trata-se de uma declaração de voto extremamente breve que, se não couber no tempo, nós não insistiremos em produzir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, V. Ex.ª também está inscrito. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, é apenas para retirar o pedido de palavra que eu tinha feito. E que eu na altura não tinha pensado nisso, mas, de facto, o entendimento que existe sobre a produção de declarações de voto é aquele que o Sr. Deputado Oliveira Dias deu: Só os partidos que não intervieram no debate é que devem fazer declarações de voto orais — é o caso do CDS. Nós, pela nossa parte, intervemos, razão por que não faremos nenhuma declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso para fazer a declaração de voto, que, segundo disse o Sr. Deputado Oliveira Dias, é bastante curta.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS perfila, como todos sabem, uma profunda liberalização da economia nacional,

mas sem prejuízo dos princípios de justiça social que são inerentes à economia nacional de mercado que advogamos.

Foi dentro deste entendimento, e na convicção de que o projecto de lei n.º 198/II, do PPM, emanada contraria este pressuposto fundamental, que o CDS o votou favoravelmente na generalidade.

Julgamos, todavia, que o diploma necessita de ser aperfeiçoado, esperando que a comissão especializada para onde vai ser remetido lhe introduza as modificações que consideramos essenciais.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um requerimento do seguinte teor:

Ao abrigo das disposições regimentais, os deputados abaixo assinados requerem que o projecto de lei n.º 198/II baixe à comissão respectiva para discussão e votação na especialidade pelo período de oito dias.

Há consenso no sentido de aprovar este requerimento?

Pausa.

Verificando-se consenso, proceder-se-á de acordo com o requerido.

Assim chegamos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. Informo que a próxima reunião será na terça-feira, às 15 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Compareceram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD) — António Adérito, Manuel Soares Campos, Afonso de Sousa F. de Moura Guedes, Alberto Augusto Faria dos Santos, Álvaro Barros Marques Figueiredo, Amândio Anes de Azevedo, Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos, Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo, Américo Abreu Dias, António Augusto Lacerda de Queiroz, António Duarte e Duarte Chagas, António Sérgio Barbosa de Azevedo, António Vilar Ribeiro, Armando Lopes Correia Costa, Arménio Jerónimo Martins Matias, Arménio dos Santos, Carlos Manuel Pereira Pinho, Cecília Pita Catarino, Cipriano Rodrigues Martins, Cristóvão Guerreiro Norte, Dinah Serrão Alhandra, Daniel Abílio Ferreira Bastos, Eduardo Manuel Lourenço de Sousa, Eleutério Manuel Alves, Fernando José da Costa.

Fernando José F. Fleming d'Oliveira.
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.
 Fernando dos Reis Condeesso.
 Francisco Mendes da Costa.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Afonso Gonçalves.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Pinto.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Augusto de Oliveira Baptista.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 José de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Marilia Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Emídio Teixeira Lopes.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António Gonçalves Janeiro.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.

Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho Menezes.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Luís Ferreira Araújo.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascoimento Madeira.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando M. Rodrigues.
 Vítor Manuel Brás.
 Víctor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingos L. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Isilda da Silva Barata.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Manuel Ferreira Castelhano.
 Manuel Ferreira de Andrade.
 Maria José Paulo Sampaio.

Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Narana Sinai Coissoró.
 Paulo de Oliveira Ascenção.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui Biscaia Telo Gonçalves.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal
 António José de Almeida Silva Graça.
 António Jose M. Vidigal Amaro.
 Antonio da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C Espadinha
 Carlos Alfredo Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas
 Fernando de Almeida Sousa Marques
 Francisco Miguel Duarte
 Georgete Ferreira de Oliveira
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim António Miranda da Silva
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 Jose Fernando V. Cabral Pinto.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 Jose Manuel Maia Nunes de Almeida
 Josefina Maria Andrade
 Manuel Rogério de Sousa Brito
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo
 Maria Odete dos Santos.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique Barrilero Ruas.
 José Victor M. Portugal da Silveira.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Tilman

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Poppe Lopes Cardoso.
 António César Gouveia de Oliveira.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Cidade Moura.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Mário Antonio Baptista Tomé.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Maria de O. Ourique Mendes.
 António Roleira Marinho.
 Bernardino da Costa Pereira.
 Fernando Jose Sequeira Roriz.
 Francisco de Sousa Tavares.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Mário Júlio Montalvão Machado
 Natália de Oliveira Correia.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques de Oliveira e Silva
 António Azevedo Gomes
 António José Sanches Esteves
 António Jose Vieira de Freitas
 António Magalhães da Silva
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 Jose Gomes Fernandes.
 José Luis Amaral Nunes.
 Luís Silvério Gonçalves Sáias.
 Maria Teresa V. Bastos R. Ambrósio.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 Carlos Oliveira e Sousa.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.
 Francisco Antônio Lucas Pires.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 João Lopes Porto.
 José Augusto Gama.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Mário Gaioso Henriques.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Barreirinhos Cunhal.
António Dias Lourenço da Silva.
Armando Teixeira da Silva.
Joaquim Gomes dos Santos.
José Rodrigues Vitoriano.
Lino Carvalho de Lima.
Manuel Correia Lopes.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Vital Martins Moreira.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.

**União da Esquerda para a Democracia Socialista
(UEDS)**

António Manuel de C. Ferreira Vitorino.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, *José Pinto*.

